



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER: PERSPECTIVAS
METODOLÓGICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

Dissertação de Mestrado

César Pimentel Figueirêdo Primo

FLORIANÓPOLIS

2003

César Pimentel Figueirêdo Primo

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER: PERSPECTIVAS
METODOLÓGICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, área de concentração: Mídia e Conhecimento.

Orientadora: Prof.^a Christianne C. de S. Reinisch Coelho, Dr.^a

Florianópolis, fevereiro 2003

César Pimentel Figueirêdo Primo

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM LAZER: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS
NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Engenharia de Produção, área de concentração: Mídia e Conhecimento, aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2003

Prof. Dr. Edson Pacheco Paladini
Coordenador

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Christianne C. de S. Reinisch Coelho, Dr.^a
(orientadora)

Prof^o. Francisco Antônio Pereira Fialho, Dr.

Prof.^a. Janae Gonçalves Martins, Dr.^a.

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Sandra, e à minha filha, Júlia,
as mulheres de minha vida;

Aos meus pais, Antônio e Neuza, e aos meus
irmãos, Tom e Nelson, pela nossa origem
humilde;

À minha tia Diva e aos meus primos, sem os
quais jamais estaria aqui hoje;

Ao meu amigo e compadre Fernando Reis, por
ter-me aceitado em seu caminho vitorioso,
exemplo digno de vida e amor ao próximo;

Ao Gordinho, pelos inesquecíveis momentos
etílicos de construção do conhecimento;

À amiga Ciça que, mesmo distante
geograficamente, sempre estará presente em
meu caminho.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Christiane Coelho, pela paciência e tolerância aos momentos difíceis dessa cruzada, bem como aos encaminhamentos acertados que culminaram no êxito deste trabalho;

A todos os professores do curso que, cada qual a sua maneira, são parte integrante deste estudo que ora apresento;

À monitora do LED, Patrícia Fiúza, solução para todos os nossos problemas administrativos junto ao programa;

Aos colegas da turma, em especial a Welington, Manoel, Onildo e Kátia, pelos momentos de amizade e construção coletiva de conhecimento;

Aos colegas da área de Educação Física da UESB pelo apoio à minha saída para cursar este mestrado;

Aos secretários municipais que responderam ao questionário, contribuindo assim para o andamento e conclusão deste trabalho;

Ao Sr. Evaldo Souza Almeida, da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, pela disponibilidade em receber-me e pela remessa do documento “Indicadores de Desenvolvimento Sócio-econômico da região”;

A Sra. Sônia Maria O. A. Ferraz, pela disponibilidade em responder o questionário dirigido à 13ª DIREC.

SUMÁRIO

| | |
|---|---------|
| LISTA DE FIGURAS | p. vii |
| LISTA DE GRÁFICOS | p. viii |
| RESUMO | p. ix |
| INTRODUÇÃO | p. 10 |
| REFERENCIAL TEÓRICO | p. 23 |
| APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO | p. 65 |
| BASES PROPOSITIVAS PARA PROGRAMAS DE EAD EM LAZER | p. 76 |
| CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS..... | p. 82 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | p. 84 |
| ANEXO 01 – QUESTIONÁRIO PARA SECRETÁRIOS/GERENTES..... | p. 88 |
| ANEXO 02 – QUESTIONÁRIO PARA 13ª DIREC | p. 91 |
| ANEXO 03 – CARTA EXPLICATIVA AOS ÓRGÃOS..... | p. 92 |
| ANEXO 04 – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA REGIÃO..... | p. 93 |
| ANEXO 05 – SITUAÇÃO DA 13ª DIREC..... | p. 94 |
| ANEXO 06 – SERVIÇO DE SINAL DE SATÉLITE TVE/BAHIA..... | p. 95 |

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - MICRORREGIÃO DE JEQUIÉ p. 56

LISTAS DE GRÁFICOS

| | |
|---|-------|
| GRÁFICO 01 – NÍVEL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL..... | p. 58 |
| GRÁFICO 02 – FORMAÇÃO EM NÍVEL MÉDIO..... | p. 59 |
| GRÁFICO 03 – FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR | p. 59 |
| GRÁFICO 04 – EQUIPAMENTOS DE LAZER NO MUNICÍPIO | p. 62 |
| GRÁFICO 05 – ATIVIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA | p. 63 |

RESUMO

PRIMO, César Pimentel Figueirêdo. Formação profissional em lazer: perspectivas metodológicas no âmbito da educação à distância. Florianópolis, 2003. 97f. (Mestrado em Engenharia de Produção - área de concentração: Mídia e Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

O presente estudo tematizou a questão da formação profissional continuada na área dos estudos do lazer, enfocando o uso das novas tecnologias comunicacionais como ferramentas metodológicas para a construção de um programa de capacitação na modalidade de EAD. Caracterizado como um estudo de caso, teve como recorte espacial a 13ª região administrativa do Estado da Bahia, conhecida também como microrregião de Jequié. Elegeu como sujeitos participantes do universo pesquisado os gerentes/secretários municipais de lazer que estão em exercício nas atuais prefeituras da referida região. Apresentou como principais resultados: a) a deficiência de formação em lazer dos gerentes/secretários entrevistados; b) a existência de tecnologias comunicacionais que possibilitem a execução de futuros programas de EAD na microrregião. Como alternativa propositiva apresenta bases teórico-metodológicas para a fundamentação de cursos e/ou experiências pedagógicas na área, mediadas por tecnologias comunicacionais de EAD.

Palavras chaves: Lazer, Educação à distância, Atuação profissional.

1 INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

O presente trabalho, apresentado ao Programa de Pós-graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Engenharia de Produção, insere-se na área de concentração de Mídia e Conhecimento, com ênfase em Educação à Distância, e tem como tema de abordagem central a questão da capacitação/educação continuada no âmbito do lazer e trabalha com a perspectiva da mediação de processos de ensino-aprendizagem para animadores sócio-culturais, através de metodologias de Educação à distância (EAD).

Intitulada Formação profissional em lazer: perspectivas metodológicas no âmbito da Educação à Distância, esta pesquisa tem como motor propulsor de seus anseios, o declarado compromisso social da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, instituição pública e gratuita, com os problemas que afligem esta região, um dos bolsões de miséria e pobreza deste Estado.

A demanda cada vez maior de qualificação profissional para manutenção do trabalhador em seu posto de trabalho, tem suscitado das instituições governamentais a criação de programas ligados à educação continuada do trabalhador no próprio exercício de suas funções.

A grande explosão de metodologias de ensino-aprendizagem baseadas em tecnologias de comunicação de última geração, tem aberto caminhos interessantes para a ampliação da oferta de cursos variados, sejam na lógica do eixo curricular da escola, sejam na perspectiva extracurricular, aí atendendo diversos interesses.

Tendo a EAD absorvido grande parte dos avanços colocados no campo tecnológico, vem se configurando como uma das reais possibilidades de consecução de projetos envolvendo formação/capacitação de grupos afins, mais notadamente aqueles separados espacialmente por grandes distâncias.

Mesmo não havendo um consenso sobre o papel didático-pedagógico que envolve as relações de EAD, parece irreversível sua utilização para atender determinadas demandas, principalmente em nações com grande *déficit* de estruturas presenciais de ensino.

Neste sentido, a presente pesquisa buscou inserir a área de conhecimento dos estudos do lazer na agenda social do temas que vem sendo debatidos como possíveis de serem incluídos na dinâmica da Educação à Distância.

1.2. Justificativa

Os novos paradigmas tecnológicos e gerenciais, marcas incontestes desta etapa do modo de produção capitalista, têm, de forma espantosa inserido mudanças nos padrões de uso da força de trabalho (Borges e Druck, 1993).

Marcas inequívocas deste processo, a busca frenética pela excelência na produtividade, o aumento do número de postos de trabalho extintos e da mão de obra desqualificada e ociosa, a reorganização do mercado para o ramo da terceirização, a informatização dos meios de produção, etc, têm caracterizado o que alguns autores chamam de crise da “sociedade do trabalho”, que advogava a “sociedade do bem-estar”. Longe de se configurar como um elemento resultante de uma crise conjuntural e recessiva, este quadro retrata tais evidências como elementos estruturais e orgânicos dessa etapa deste modo de produção.

Esta ordem, da dinâmica do mercado, tem afastado o homem da construção de um possível conceito de qualidade de vida, que traga em seu bojo o reconhecimento dos direitos ao atendimento de necessidades básicas tais como educação, saúde, renda, habitação e lazer.

Porém, tem trazido em seu bojo um grande paradoxo, inerente às contradições que acompanham o modelo pautado na economia de mercado. Ao tempo que tem aviltado os cidadãos comuns de direitos universais garantidos pela constituição, tem, no campo das novas tecnologias, por exemplo, servido de tábua de salvação para o problema da baixa taxa de escolaridade de países em desenvolvimento.

Com isso:

As demandas de formação inicial e continuada mudam substancialmente, apontando para duas grandes tendências: de um lado, uma reformulação radical dos currículos e métodos de educação, no sentido da multidisciplinaridade e da aquisição de habilidades de aprendizagem, mais do que de conhecimentos pontuais de rápida obsolescência; de outro, a oferta de formação continuada muito ligada aos ambientes de trabalho, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida (lifelong learning). (BELLONI, 2001, p. 18)

Neste sentido, os avanços tecnológicos têm possibilitado inúmeras experiências ao homem nos mais diversos campos do conhecimento. Na área específica da Educação, um dos mais notáveis é a Educação à Distância (EAD). A partir das

janelas que se abriram com as 3ª e 4ª gerações desta modalidade pedagógica, inúmeras são as possibilidades de sua aplicabilidade no processo de ensino-aprendizagem.

Porém tal avanço não se dá na mesma proporção que as oportunidades de utilização de tais tecnologias pelas pessoas. Geralmente as experiências inovadoras de Tecnologia em Educação se dão nos grandes centros. Nem sempre a necessidade de extensão desse braço aos cantos e recantos do país, geralmente os que mais necessitam, é utilizada como condição para a implementação de novos projetos.

Aos excluídos restam, senão, modelos superados nos grandes centros, colocando tais populações a margem dos novos paradigmas educacionais. Então, defendemos, mesmo apresentando críticas à febre tecnológica que tomou conta de nossas instituições, um modelo pedagógico emancipatório, que leve nossos aprendizes a condição de cidadãos críticos, ou como diria Demo (2000, p. 149):

Na aprendizagem não só se maneja conhecimento, como também se forja a habilidade emancipatória do ser humano, tornando-o capaz de sair da condição de massa de manobra. Daí não segue que somente aprendemos somente o que nos emancipa, porque a direção pode voltar-se pelas às avessas, quando nos tornamos competentes na habilidade de imbecilizar os outros.

É exatamente nesta perspectiva que este trabalho se apresenta. Exatamente na falta de uma qualificação adequada para lidar com políticas setoriais de lazer, por parte de profissionais de setores estratégicos de gestão do lazer. Geralmente oriunda de currículos deficientes nesta área, a formação nesta área tem levado prefeituras e empresas mantenedoras de atividades de animação sócio-cultural a operar suas unidades gestoras com profissionais oriundos de outras áreas de conhecimento.

Tencionamos, portanto, afirmar, com a consecução deste trabalho, o compromisso histórico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia com a região na qual se insere. Instituições mantidas com o tributo público têm, necessariamente, que apresentarem sua parcela de contribuição na superação do quadro de desigualdades que encontramos hoje em nosso país.

1.3. Estabelecimento do problema e pergunta de pesquisa

Através de diversos fóruns acadêmicos realizados, ao longo de quatro anos, pelo curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pudemos constatar uma queixa quase que uníssona por parte de trabalhadores da área: a dificuldade de ter acesso ao conhecimento específico de que trata o universo do lazer.

Entendemos que as políticas setoriais de lazer podem se manifestar tanto no âmbito público quanto no privado, porém acreditamos serem espaços diferenciados, que implicam contornos metodológicos específicos na execução de projetos. E é nesse diferencial que vem se desenhando o quadro de profissionais que atuam nesses espaços.

Del Sarto (2001), por exemplo, traz em seus estudos sobre os clubes recreo-desportivos do município de Jequié a constatação de que em nenhuma das unidades existentes naquela cidade, existe um profissional habilitado para o exercício das funções de animação sócio-cultural.

Tendo em vista o cenário da região, colocamos a necessidade de um estudo investigativo sobre a questão, a partir do problema colocado, qual seja a deficiência de profissionais habilitados para trabalhar com atividades relacionadas ao lazer na microrregião de Jequié.

A partir desta problemática, impôs-nos um desafio, que seria a apresentação de um programa que viesse a atender o propósito de qualificar o profissional do lazer em exercício, mantendo-o em seu ambiente de trabalho. Este compromisso que buscamos na elaboração de nosso problema parte do princípio da relevância social, defendido por Severino (1999, p. 51):

A relevância prática do problema está nos benefícios que podem decorrer de sua solução. Muitas pesquisas são propostas por órgãos governamentais, associações de classe, empresas, instituições educacionais ou partidos políticos, visando à utilização prática de seus resultados. Assim, o problema será relevante à medida que as respostas obtidas trouxerem conseqüências favoráveis a quem o propôs.

Com base nesse desafio, e partindo do princípio que reconhecíamos na EAD os instrumentos possíveis para aglutinar os profissionais da região, sem congestionar seus afazeres institucionais, estabelecemos um questionamento, pergunta de pesquisa, que nos orientou durante o processo de coleta e análise dos dados, formulado da seguinte maneira: Que perspectivas metodológicas de EAD podem ser

utilizadas para a formação/capacitação profissional no âmbito do lazer na microrregião de Jequié/BA?

1.4. Objetivos

1.4.1. Geral – Propor bases para um programa de formação/capacitação à distância em animação sócio-cultural, para profissionais envolvidos em demandas institucionais de lazer na microrregião de Jequié/BA.

1.4.2. Específicos

- Identificar os cursos de formação/capacitação profissional na área de lazer existentes na região em estudo;
- Identificar o perfil do profissional que trabalha com lazer na região;
- Levantar o potencial tecnológico da região, com vistas no estabelecimento dos recursos a serem utilizados num pretendo curso na região;
- Estabelecer metodologias para a aplicação de um programa de lazer no formato de EAD.

1.5. Metodologia

O percurso metodológico realizado para a concretização deste estudo foi alicerçado tendo por base as características emergentes do tema e do problema de pesquisa colocados, bem como do objetivo geral e dos específicos.

Fizemos uma opção metodológica por uma pesquisa qualitativa. Tal escolha se fundamenta, principalmente, na natureza do objeto estudado, bem como nas peculiaridades que o cercam. Os objetivos e o problema de pesquisa traçados aqui são fruto de uma visão de mundo, do pesquisador, que impregnam o cerne deste trabalho, tornando-o essencialmente qualitativo. “A escolha de um tema de pesquisa bem como a sua realização necessariamente é um ato político.” (SEVERINO, 1996, p. 113)

Sobre este aspecto Minayo (1999, p. 21) coloca:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, ,crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um

espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Isso não vale dizer que estamos divorciando a pesquisa de qualquer abordagem quantitativa. Na verdade escolhemos os parâmetros qualitativos que predominam na pesquisa social como forma hegemônica de condução da coleta e análise dos dados. Aliás, sobre isso a própria autora adverte: “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.” (idem, p. 22)

Portanto, entendemos que a veia principal que conduz este estudo alimenta-se das teorias críticas, das ciências sociais, visto que as mesmas entendem o objeto pesquisado como sujeito do processo investigativo, interferindo e sendo interferido pelos resultados do mesmo. “Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam.” (CHIZZOTTI, 1998, p. 82)

Tendo em vista essa perspectiva, delineamos nossa pesquisa como um estudo de caso, haja vista suas características intrínsecas e o tipo de resposta buscada em campo. Segundo Yin (apud GIL, 1999, p. 73),

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidências.

Por tratar-se de um universo específico, uma microrregião, optamos por essa veia metodológica, onde aqui,

O caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação. (CHIZZOTTI, 1998, P. 102)

O nosso caso, então, situa-se na circunscrição geográfica da microrregião de Jequié, oficialmente conhecida como 13ª região administrativa do Estado da Bahia.

Delimitamos como raio de abrangência do caso as secretarias municipais que abrigam em suas funções as políticas de lazer. Também compôs este quadro a 13ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura), tendo em vista sua relação com os suportes tecnológicos presentes na região.

Uma vez estabelecidos os elementos que margearam todo o processo da pesquisa, partimos para a construção de uma base teórico-conceitual que desse conta dos elementos tratados no estudo. Para tal dividimos esta etapa em duas unidades. A primeira deu conta dos conhecimentos relativos aos estudos do lazer e a segunda da questão das novas tecnologias aplicadas a EAD.

Portanto, a primeira parte do referencial bibliográfico subdividiu-se em 3 itens. No primeiro identificamos a necessidade de estabelecer uma boa base histórica sobre a imagem que o lazer tomou no decorrer das diversas etapas do processo civilizatório. No segundo trabalhamos com a edificação de um conceito científico para a matéria e, por fim, no terceiro item esclarecemos o que dizem as literaturas aqui referenciadas sobre indústria cultural e políticas setoriais de lazer.

Os autores base deste segmento foram: Marcelino (1990, 1995, 1996a, 1996b), Werneck (1998, 2000), Camargo (1998, 1999), Palmeira (1995), Coelho (1994), De Masi (1998), Melo e Fonseca (1997), Oliveira (2000), Bracht (1997), Tubino (1992), Coletivo de Autores (1992), Padilha (2000), Pinto (1998, 2000), Rolim (1989), Silva (1996), Silva (2000) e Stoppa (2000). As convergências e divergências expostas nos mesmos serviram de matriz para o estabelecimento do conceito de educação pelo e para o lazer utilizado no estudo.

A segunda unidade do referencial teórico, subdividida em duas fases, abordou as aproximações existentes entre EAD, globalização, novas tecnologias e educação. Na primeira fase tratou do debate acadêmico, mais amplo, sobre a educação no contexto da globalização, por entender ser este debate necessário para a inserção mais localizada do que tratou a segunda fase deste, qual seja o estudo dos princípios teóricos que norteiam a relação entre novas tecnologias e EAD.

Nesta unidade utilizamos como referências teóricas as contribuições dos seguintes autores: Belloni (2001), Demo (1998, 2000), Preti (2000a, 2000b), Saviani (1994), Alonso (2000), Garcia (2000), Rodrigues (2000) e Rumble (2000).

Na etapa de campo, propriamente dita, o estabelecimento dos instrumentos de coleta e análise dos dados dependeu diretamente do tipo de pesquisa que se delineou. Depois da definição do campo de estudo e da caracterização do caso a ser

estudado, formulamos duas categorias para auxiliar no processo de coleta e análise dos dados, sem, contudo, perder de vista o questionamento e os objetivos propostos neste trabalho investigativo.

Nesse sentido utilizamos as categorias como forma de se estabelecer classificações, agrupando elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito. (MINAYO, 1999, p. 70)

Portanto, foram eleitas como categorias de análise para esta pesquisa: a) Perfil e atuação profissional; b) Potencial tecnológico das unidades escolares municipais para abrigar metodologias de EAD. A primeira foi estabelecida levando-se em conta a necessidade de um levantamento real do nível de qualificação dos gestores das políticas de lazer ligadas às prefeituras. A segunda baseou-se na tentativa de levantar o aparato tecnológico existente nas escolas municipais.

A justificativa da escolha de unidades escolares como suporte físico para a realização das ações de um futuro programa, deu-se levando em conta que esses são os únicos espaços públicos da região que estão presentes em todas as cidades da microrregião e funcionam subordinadas à direção da 13ª DIREC. Outro fator determinante desta escolha foi a ocorrência em algumas dessas unidades do curso de Complementação pedagógica para as licenciaturas, como parte integrante do Programa de formação continuada à distância, oferecido pelo governo do Estado da Bahia, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, aos seus docentes do ensino médio, no biênio 2000/2001.

Uma vez estabelecidas as categorias lançamos mão de dois instrumentos para a coleta dos dados. O primeiro foi um questionário semi-estruturado, voltado para os secretários/gerentes municipais de lazer (Anexo 01). O segundo, também, um questionário semi-estruturado, só que agora dirigido à 13ª DIREC (Anexo 02), e com vistas ao levantamento do suporte tecnológico presente nas escolas estaduais de sua circunscrição. Ambos foram enviados com uma carta em anexo, explicando os motivos e propósitos da pesquisa (Anexo 03), e eram impessoais.

O primeiro questionário foi estruturado tendo por base três subcategorias: A primeira foi a respeito da formação profissional do respondente. Neste tópico buscou-se explicitar o nível de aproximação ou distanciamento da área de formação acadêmica do secretário municipal com a área de lazer, aqui caracterizada como sendo das ciências humanas. A segunda subcategoria tratou do nível de conhecimento acumulado pelo pesquisado sobre lazer e políticas públicas. Aqui as

questões buscaram investigar a base conceitual que dá suporte a interferência profissional deste no seu município. A terceira, e última subcategoria, levantou o perfil das experiências administrativas ocorridas na gestão do respondente, no que tange as políticas setoriais de lazer de sua prefeitura, buscando, aí, o perfil das intervenções atualmente em vigência no município.

Este questionário foi enviado aos 25 municípios componentes da microrregião, através dos serviços dos correios. Ressalvamos que em 19 destes municípios houve um contato telefônico direto com a secretaria responsável pelas atividades de lazer, comunicando previamente o envio do questionário. Nos outros 6 municípios as correspondências foram enviadas diretamente para a prefeitura, através de endereços coletados junto ao catálogo telefônico da região.

Após 45 dias de postagem dos mesmos 10 questionários voltaram respondidos. Frente ao número de respostas elaboramos um formulário eletrônico, com as mesmas questões do questionário, e disponibilizamos no endereço <http://www.pesquisalazer.hpg.com.br>.

Em paralelo foi enviada nova correspondência pelos serviços postais dos correios, para os municípios que não responderam o questionário, ressaltando a importância de remessa do mesmo, e disponibilizando, como meio alternativo, a página da WEB para que fosse respondida on-line. Tal procedimento resultou no retorno de mais dois questionários físicos e no preenchimento eletrônico de mais quatro, o que totalizaram 16 respostas.

A outra etapa da pesquisa, dirigida à 13ª DIREC, com vistas ao levantamento da capacidade tecnológica das escolas dos municípios participantes da amostragem, foi coroada de pleno êxito. O questionário conseguiu traduzir a real situação das unidades escolares quanto ao aspecto investigado. O mesmo se encontra na íntegra no anexo 05.

Foi com base nesses dados que se procedeu a análise do caso ora estudado, o que nos remeteu à perspectiva de proposição de um programa institucional de formação/capacitação em lazer, para profissionais da área, e nos levou a optar por uma delimitação do universo pesquisado, situando-o apenas no âmbito do secretariado das prefeituras municipais. Esta escolha recaiu, também, na necessidade de tornar os resultados deste trabalho aplicáveis, exeqüíveis, o que, a princípio, teria mais suporte com o apoio direto destes órgãos governamentais.

1.6. Origem do trabalho

A necessidade de se pesquisar na área de lazer é algo que me acompanha desde os tempos da graduação. Já naquele período os trabalhos acadêmicos de final de curso apontavam para uma inserção nesta que é uma das áreas de conhecimento de que trata o universo da educação física.

E foi na pós-graduação, *Latu Sensu*, que este laço se afirmou. Naquele momento desenvolvi um trabalho monográfico, caracterizado então como um estudo de caso, versando sobre a participação popular no usufruto dos espaços públicos destinados a prática de atividades físico-esportivas, especificamente o novo complexo de quadras construídos no município de Jequié.

A definição deste campo de estudo como área de depósito de meus esforços acadêmicos, se consolidou na aprovação em concurso público para exercer a função de professor da disciplina Lazer e Recreação do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Desde então venho envidando esforços para o aprofundamento de estudos nesta temática, tentando aproximá-la, enquanto compromisso orgânico, das questões relativas as peculiaridades da região sudoeste do Estado da Bahia.

Como professor de Lazer e Recreação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, tenho me preocupado com a possibilidade de oferecimento de cursos de aperfeiçoamento nesta área, tendo em vista, principalmente, a falta de uma política de educação continuada neste ramo do conhecimento. A partir dessa inquietação, me propus a pesquisar, enquanto aluno do mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, uma alternativa para esta situação, tomando como parâmetro os avanços tecnológicos da EAD.

A perspectiva de se questionar esta paisagem passa pela utopia da reinvenção social, a partir de novos paradigmas relacionais, que contraponham os valores normatizados no atual modelo (individualismo, competição, superação individual) por um novo código, onde se reconheçam as individualidades, a cooperação e, acima de tudo, o caráter de coletividade solidária, em prol da superação de interesses comuns.

O lazer, entendido como cultura vivenciada em tempo disponível (Marcellino, 1996), encontra-se entre um dos possíveis elementos questionadores dessa ordem, pela sua essência criativa, prazerosa e inventiva. O seu caráter desobrigado,

inclusive da linha de produção, traz a perspectiva de se incorporar à vida novos padrões de relacionamento e valores. Para tal urge de uma política de ação articulada com os propósitos aqui mencionados, que leve a população a transigir do mero papel de assistente à produtora de ações, de passivo à ativo, de reprodutora à criadora e inventiva, na busca emancipatória de uma autonomia representativa dos interesses da coletividade e, conseqüentemente, questionadora do modelo imposto-lhes pela indústria cultural.

1.7. Limitações

O presente estudo teve sua abrangência limitada à microrregião de Jequié, considerada a 13ª região do Estado da Bahia, localizada no sudoeste baiano. Portanto, a possibilidade de generalização dos resultados desta pesquisa fica restrita ao espaço geográfico estudado, tendo em vista que outras regiões podem apresentar, inclusive no mesmo Estado, características diferentes. Porém as implicâncias conceituais derivadas deste ganham força conceitual, para além do caso, ou como nos coloca Gil (1999, p. 73):

A análise de um único ou mesmo de múltiplos casos fornece uma base muito frágil para a generalização. No entanto, os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população a partir de procedimentos estatísticos, mas sim o de expandir ou generalizar proposições teóricas.

Mesmo entendendo que tivemos uma amostragem que certifica o caráter científico da pesquisa, gostaríamos de deixar registrado a abstenção de quase 1/3 do público alvo. Sabemos que este percentual não compromete quantitativamente o resultado deste trabalho, porém deixa-nos interrogações, visto que se trata de uma pesquisa social, sobre a possibilidade de interferência qualitativa na coleta dos dados.

Por fim, o aspecto propositivo deste trabalho. Por entender que a execução de um programa baseado nos resultados apresentados aqui prescinde de uma disponibilidade institucional para colocá-lo em prática, é que posicionamos nossa proposta em caráter perspectivo, inacabada, visto que só a sua plena materialização poderia conferir-lhe êxito enquanto política pública e/ou privada de educação.

A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história de ciência revela não um “a priori”, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento. (MINAYO, 1999, p. 12)

Portanto não colocamos nosso trabalho como algo definitivo na temática que se propõe estudar. É possível que outros estudos, inclusive na mesma região, apontem outras possibilidades.

1.8. Descrição dos capítulos

Este trabalho apresenta-se dividido em cinco capítulos, interconectados entre si, abordando cada qual um segmento específico do processo da pesquisa executada.

No primeiro capítulo tratamos de situar a pesquisa, colocando o seu tema e situando o problema que norteou o estabelecimento dos objetivos propostos. Neste coloca-se, também, a importância e relevância deste estudo para a região à qual está inserida, apontando o compromisso histórico que tanto o pesquisador, como a instituição à qual pertence, tem com a busca de soluções propositivas para os problemas que afligem esta região do Estado da Bahia.

No segundo capítulo, tratamos de fazer uma revisão de literatura dividida em duas partes: Num primeiro momento abordamos o lazer, procurando identificar neste os fundamentos que subsidiaram a sugestão programática dos conteúdos do programa objeto desta pesquisa. Nesta etapa discutimos o lazer numa abordagem histórico-conceitual.

O segundo momento deste capítulo foi dedicado a um aprofundamento nas leituras concernentes às novas tecnologias e a EAD, passando pelo debate intrínseco da educação como um todo, bem como pela discussão acerca da interferência da globalização, enquanto modelo de gestão da economia de mercado, nos modelos atuais de ensino-aprendizagem.

No terceiro capítulo apresentamos o estudo de caso propriamente dito, situando a microrregião de Jequié, colocando os dados coletados segundo as duas categorias norteadoras e, por fim, anunciando as primeiras conclusões chegadas com a investigação do mesmo.

O quarto capítulo culminou na elaboração de bases propositivas para a construção de futuros projetos de EAD em lazer, sugerindo, nesse sentido, dois

pilares. O primeiro no âmbito de abordagens conceituais de lazer e o segundo na esfera da escolha das tecnologias mais apropriadas para a região.

Por fim, no quinto capítulo, nos posicionamos em sentido conclusivo, apontando o nosso olhar sobre os resultados gerais obtidos na investigação, bem como apontando limitações e sugestões para futuros estudos na área em questão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Princípios históricos do lazer.

A primeira reflexão a que nos propomos fazer em nossa abordagem histórica do lazer, passa pela definição que, geralmente, este vocábulo toma em nível de senso comum. Não raramente, ao mesmo se aplica um sentido de momento divertido, compensador da extenuante carga de trabalho a qual estão todos sujeitados. Um espaço de prazer, descomprometido da esfera da seriedade. Lugar comum da invenção de um tempo individual, próprio de quem o exerce. Camargo (1998) nos coloca este olhar cristalizado a partir de quatro preconceitos: Diversão é preocupação de ricos; O trabalho é mais importante do que o lúdico; A diversão atrapalha o trabalho, o dever; Trabalhar é difícil, divertir-se é fácil. Este paradigma popular tem sua sustentação na impossibilidade histórica de conciliação entre o homo ludens e o homo faber, traduzida na incapacidade dos variados modelos sociais de conviver harmonicamente com o homem que brinca e aquele que trabalha.

Tomando como referência este unísono popular, apresentaremos neste tópico um referencial teórico sobre a questão, pautado nas discussões ocorridas no âmbito acadêmico desde meados da década de 70, quando a temática ganha tratamento científico, no intuito de desvelar as bases sócio-político-econômico-culturais que edificaram e sustentaram a visão hegemônica que se tem hoje deste vocábulo no contexto ocidental. Para tanto, propomos uma viagem no tempo, ressaltando que a abordagem cronológica que optamos no momento, se sustenta na tentativa de facilitar a compreensão do conceito, tendo em vista os vários processos civilizatórios da humanidade por quais se manifestou.

A herança deixada pela civilização greco-romana para o ocidente é incontestável. No âmbito do lazer as primeiras referências que se têm de uma manifestação, que conserva traços com a que vimos nos dias atuais, também datam deste momento histórico. A civilização grega, representada pelo apogeu ateniense, cultivava um ideal de homem que espelhava a rígida estrutura de classes que marcava as suas relações de poder. O modelo desejado era representado por um padrão estético, oferecido a poucos, sustentado na harmonia entre o corpo e a alma, numa tentativa de evolução do indivíduo ideal (SILVA, 1996), como expressão plena das dimensões física, artística e espiritual. Tal característica demandava, portanto, um homem livre para o exercício filosófico de suas faculdades superiores, o que, por sua vez, lhe

impunha um tempo específico de ócio. “As caçadas, os exercícios físicos, as artes, as letras, a filosofia, a especulação científica eram as únicas ocupações dignas de um homem livre e aceitas por seus pares” (CAMARGO, 1998, p. 27).

Nesse caminho De Masi (1998, p. 02) teoriza no sentido de mostrar que a sociedade rural, datada de mais de cinco mil anos antes de Cristo até o século XI ou XII depois de Cristo, vivenciou, principalmente a partir do pensamento aristotélico, um completo sistema de abominação a tudo aquilo que levasse o homem a buscar melhorias para seu bem estar material. A lei moral corria para a exaltação, para a plenitude espiritual.

E assim os gregos dedicaram todas as suas forças à política, à filosofia, à literatura, à arte. E descuidaram-se totalmente da tecnologia. Ou melhor, em seus mitos, puniram todos os tecnólogos e todos os engenheiros. Ulisses era engenheiro naval e teve um fim triste. Ícaro era um engenheiro aeronáutico e também teve um fim triste. E a mesma coisa aconteceu com todos os outros, com Sísifo, com Prometeu, quase como uma maneira de dizer aos jovens para que, quando crescessem, não freqüentassem uma universidade tecnológica, para que não se inscrevessem na universidade de engenharia.

A educação aristocrática da cultura grega não era de domínio público. Dirigida a poucos, pregava uma formação integral do homem pautada na formação do corpo, da mente, da moral e dos sentimentos, na busca de uma síntese entre cultura e educação. O pensamento aristotélico (importante base do pensamento ocidental) pregava que o homem tinha liberdade de escolha em seu estilo de vida, desde que o mesmo fosse amputado da necessidade da produção, do trabalho (do latim *tripalium* – instrumento de tortura), e do negócio (do latim *nec-otium* – nada de ócio). “Afinal, labor e trabalho não eram considerados dignos de constituir um modo de vida autônomo e autenticamente humano” (WERNECK, 2000, p. 25). Tal percepção nos faz refletir que, se fosse feito na antiguidade, o primeiro preconceito que Camargo (1998) nos apresentou nada mais seria que uma leitura fiel da realidade antiga, afinal de contas a diversão era uma preocupação filosófica da alta aristocracia grega.

Os antigos consideravam o tempo a partir de uma lógica não racional, reconhecido como uma ocorrência natural ou cíclica, onde os homens orientavam-se pelos astros, estações da natureza. Voltavam-se para o passado, negando a fluidez

do tempo, trabalhando de acordo com a natureza (ROLIM, 1989). A relação com o mundo das obrigações, bem como a estratificação dos afazeres, derivava da herança social de cada um, de um lado, e da relação mitológica que permeava a forma de intervenção do homem no mundo, de outro. “O tempo cíclico não faz separação entre trabalho e lazer. A natureza sabiamente oferece este quando bem lhe apraz” (ROLIM, 1989, p. 44).

Podemos, então, pensar no lazer desta etapa do processo civilizatório, como algo permitido, mesmo que concedido a poucos. Geralmente ligado ao deleite aristocrático ou as manifestações oriundas das representações sacralizadas da realidade. Não gratuitamente, a etimologia desta palavra está ligada ao termo latim *licere*, que significa lícito, ser permitido, e que na língua portuguesa originou a palavra *lazer*, na inglesa *leisure* e na francesa *loisir*.

Assim, o trabalho era entendido como uma atividade para servos e escravos. Seu exercício nos estratos sociais mais elevados se resumia às atividades militares e a política, um exercício salutar das faculdades superiores. Aos servos cabiam os trabalhos pesados e manuais. Por conta dessa relação de desvalorização do trabalho, principalmente manual, o estágio de ócio era a plenificação da realização humana, dado somente ao homem livre. Este ideal de homem, construído a partir de um olhar dominante, perdurou durante todo o estágio civilizatório antigo, chegando até mesmo a influenciar parte do período medieval.

A era cristã coloca ao mundo novas lentes, que impõem ao homem um novo olhar sobre as relações sociais. Deus aparece como denominador comum na vida humana. Perante ele uma multidão de fiéis que tentam construir o mundo a sua imagem e semelhança. Um mundo de “iguais”, alimentado pelo exemplo salvador de Jesus Cristo, onde o homem distingue o tempo terreno do eterno, aceitando a fluidez deste como uma evolução da história, onde cabe à Igreja a orientação de seu destino (ROLIM, 1989).

O processo civilizatório experimentou, então, uma série de transformações, que já há algum tempo vinha tencionando os valores da antiguidade. Na Europa feudal de então, a aristocracia cede lugar para a nobreza e o clero. No âmbito educacional a catequese para uns e a servidão para tantos outros. “Com a disseminação dos valores cristãos, o homem, dotado de razão, sentimentos e emoção, torna-se portador do livre-arbítrio, devendo encaminhar sua vida de acordo com um código mortal revelado por Deus” (WERNECK, 2000, p. 33).

Portanto essa ruptura, com o modelo temporal cíclico, coloca ao mundo uma nova ordem, agora pautada no vetor tempo, colocando outros sentidos à vida humana, tanto no âmbito das obrigações como do tempo livre. “A concepção cristã é também mitológica, mas difere da pagã porque introduz um elemento novo: a evolução histórica. Admitindo a mudança, rompe com o estático” (ROLIM, 1989, p. 45). Nesta etapa o tempo decididamente marca e orienta as pessoas, bem como suas ações. “O cristianismo oferece o sentimento de um tempo que flui. Na Idade Média procurar-se-á orientar esse tempo. É a tarefa do clero através dos sinos das igrejas marcando as horas do ofício divino e dos atos de culto” (idem, p. 45).

Neste caminho, qualquer manifestação social que viesse a traduzir o que chamamos hoje de lazer, se poria na contramão da doutrina cristã. As festas, os jogos, espetáculos culturais, danças, refletem um desnudo desejo de contemplar e vivenciar os desejos da carne. Este cenário faz, então, com que proceda, e se torne justificável, o segundo preconceito colocado anteriormente por Camargo (1998), visto que, como dito popularmente, o trabalho é mais importante do que o lúdico. O ideal cristão, então, coloca o riso ao lado do pecado e o corpo ao lado do desejo, carregando o discurso católico de uma série de preconceitos que afastou o servo cristão da preocupação com o corpo, uma vez que isso significava afastar-se da alma. Tal situação nos é bem ilustrada pelo interessante trabalho que Silva (1996, p. 245) desenvolveu acerca da evolução histórica do corpo nos diversos períodos sociais:

A transcendência secular, a crença em um mundo regido por leis imutáveis e acima dos homens, acrescido ao poder normativo da igreja, afastava os indivíduos da autonomia necessária para a perspectiva de cuidado de si e de responsabilidade pela realização plena de sua própria existência. Permanecem incentivadas, apenas, a preparação militar e os jogos de guerra, numa demonstração do espírito que prevalecia na época.

A dedicação inquestionável ao mundo árduo do trabalho era uma condição redentora da relação pecaminosa do homem. O labor era a passagem de ida da ovelha fiel ao reino dos céus. Esse receituário de conduta confere a este momento histórico duas vertentes doutrinárias sobre o trabalhar e o brincar. Uma relacionada aos destinos do catolicismo, até hoje presentes em nossa sociedade. Desta emergem duas leis: a primeira relativa à condenação do não-fazer-nada e ao divertimento em geral. A segunda ligada à valorização do trabalho enquanto forma,

em detrimento do seu produto, o dinheiro. E no meio destas extremidades o purgatório que foi a grande invenção da Igreja Católica depois do século XII. “A religião católica é a única religião do mundo que tem o purgatório. O purgatório permite que os vivos ajudem os mortos através do pagamento de dízimos à Igreja. Isto é um fato histórico e permitiu as primeiras acumulações capitalistas” (DE MASI, 1998, p. 03).

A segunda vertente sobre a questão do trabalho e o reino dos céus versa sobre a necessidade de conciliação do capital com o trabalho, reorientando e acolhendo o acúmulo de bens para o homem cristão Camargo (1998). O referencial doutrinário que sustenta esta segunda vertente deu base de sustentação ao movimento protestante, articulador, no âmbito religioso, da edificação do modelo capitalista de produção. Com a ascensão do protestantismo algumas mudanças puderam ser verificadas neste período. Dentre elas algumas foram marcantes na caracterização do modo de viver do tipo de sociedade que então se instaurava.

Um marco estrutural deste período é o advento do relógio. Eles passam a marcar impiedosamente o horário comercial e o funcional tempo de descanso, caracterizando um tempo moderno. “Plenamente aceitos no século XIV eles dessacralizaram o tempo, indicando nas torres das prefeituras das cidades européias o tempo secular, em contraposição com o badalar dos sinos marcando o tempo sacral” (ROLIM, 1989, p. 46).

No campo das relações do trabalho, a reordenação do modelo feudal de produção, caracterizado pelo sistema escravagista e pela inferioridade designada aos trabalhos manuais, para um modelo não mais controlado pelas demandas naturais e sim pelo tempo impiedoso do homem, marca o início da racionalidade econômica, que nasce junto com o cálculo contábil. “Tudo muda na vida social quando a produção deixa de ter como objetivo o autoconsumo para atender o consumo do mercado, as atividades passam a ser reguladas pelos cálculos que determinam o mercado” (PADILHA, 2000, p. 73).

O paradigma reformista protestante pregava a conciliação entre a matéria e o espírito, visto que procurava adequar ou adaptar os valores emergentes do capitalismo nascente com a fé cristã. A igreja passa, então, a enxergar com bons olhos este casamento, haja vista o enaltecimento de algumas passagens das escrituras sagradas aludindo a edificação da sociedade capitalista: “Comerás com o suor do teu próprio rosto”. (CAMARGO, 1998, p.19). O produto do trabalho (a

riqueza) passou a ser encarado como bênção divina. E, inversamente, a falta do trabalho e, em conseqüência, a falta de dinheiro (a pobreza) como sinal de ausência de sintonia com Deus, como doença espiritual. O trabalho não era mais enxergado como penitência ao pecado, mas sim como forma de exaltação ao criador. O acúmulo de riquezas era permitido, desde quando feito de forma honesta e na labuta diária.

“Uma relação entre o protestantismo e o capitalismo não pode ser explicada, integralmente, considerando o primeiro como uma conseqüência do segundo, mas a ética religiosa configurada pelo protestantismo influenciou fortemente a organização econômica no Ocidente, solidificando as bases do ‘espírito’ capitalista”. (WERNECK, 2000, p. 40).

Porém, no campo de lazer, a reforma protestante conservou os parâmetros do cristianismo católico apostólico romano. Configura-se neste momento as bases históricas de sustentação do terceiro preconceito apontado por Camargo (1998), de que a diversão atrapalha o trabalho, o dever.

No âmbito das ciências, houve a reordenação do olhar científico, então marcado pelo domínio da teologia contemplativa, formal e finalista do geocentrismo, que propalava “o mundo superior dos céus e o mundo inferior e corruptível da Terra” (Aranha, 1998, p.141). A ordem financeira passa a determinar as principais relações humanas, fruto da emergência da classe dos comerciantes, eminentemente burguesa e caracterizada pelo novo modelo de homem, fundado na produção comercial, resultado do esforço e do trabalho, e não mais no prestígio da família e da linhagem.

O racionalismo instaurado pelo experimentalismo científico impôs ao homem uma metodologia de exploração dos recursos naturais a serviço da produção e da produtividade. A transição do trabalho artesanal para o manufaturado, foi superada pela necessidade de produção em larga escala, impulsionada pelas máquinas a vapor. A Revolução Industrial acaba por completar o quadro que configurou a emergência de um novo modelo social, de uma nova etapa da humanidade, a modernidade.

O trabalho industrial impunha uma cultura própria, de economia de gestos, de produzir mais no menor tempo possível, de acumulação de bens, uma cultura absurda para quem vinha do meio rural, onde o trabalho, ainda que longo e cansativo, respeitava os ritmos naturais; a labuta iniciava ao

alvorecer e terminava quando a luz do dia faltava, mas haviam as pausas impostas pelo cansaço, dos domingos e feriados religiosos, das entressafras; a chuva era uma pausa forçada. Acumulava-se apenas no limite das necessidades anuais ou das necessidades de troca de bens indispensáveis ao dia-a-dia. (CAMARGO, 1999, p. 35).

Reforça ainda este ponto de vista os estudos realizados por Padilha (2000, p. 50) sobre a sociedade do trabalho, o tempo livre e a ocorrência histórica do lazer;

O camponês do século passado, por exemplo, orientava seu trabalho pelos tempos da natureza e, em função dessa forma de orientação, existia uma demarcação muito pequena entre o trabalho e a própria vida, não existia conflito entre o trabalho e o passar o tempo. Por outro lado, os assalariados que tiveram seu trabalho regulado pelo relógio experimentam uma diferenciação entre o tempo de seu patrão e o seu próprio tempo.

A nova sociedade, marcada pelo crescimento industrial do trabalho, configurada a partir das técnicas, do racionalismo, do acúmulo de riquezas, diferencia-se da anterior, fundamentalmente pelos valores pregados na edificação do conceito de homem e de viver, na (des)estruturação do tempo, antes de subsistência e vida, agora de trabalho e não-trabalho, na mudança do olhar científico antes empírico-analítico, agora experimental, onde testar variáveis é condição primeira para a construção do conhecimento sistematizado.

Completo-se a este cenário o advento da insurgência da burguesia francesa contra o despotismo do Clero e dos Reis. A ascensão da burguesia, ex-escravos que conseguiram comprar suas próprias posses, foi peça chave no processo de reordenamento desse cenário, inclusive no aspecto econômico. O estado de ócio, ideal aristotélico de vida, dá lugar ao negócio (negação do ócio), ao trabalho sistematizado pelo determinante tempo. Com isso o homem passa a se apropriar da cultura produzida em suas relações, por uma lente desfocada, ou melhor, ajustada ao foco das novas exigências sociais. Valores são resignificados na perspectiva de se afirmar o novo modelo que então se implantava. O brincar, materialização explícita do lúdico, passa a ser cassado do código de manifestação humana das classes trabalhadoras, onde sobrevivia como forma de resistência ao mundo do trabalho, posto que trazia à tona possibilidades inovadoras e criativas para o fazer humano, o que não era bem visto num momento de racionalização e padronização do movimento para a produção em massa. O homo faber, portanto, é tenso,

produtivo e artificial, ao contrário do homo ludens, relaxado, improdutivo e espontâneo. Camargo (1998).

Porém, o mesmo “ferro” que marcou o tempo de trabalho e o homem trabalhador cunhou, por via contraditória, um tempo de não-trabalho e o homem que não trabalha. A categoria lazer começa a aparecer no cotidiano da humanidade como uma manifestação “artificial”, oriunda não mais do livre querer, e sim do momento em que trabalhadores não estão na linha de produção. A partir da contestação inegável de sua existência, este tempo passou a fazer parte do discurso de diversas facções da sociedade, atendendo aos mais variados interesses.

Os educadores achavam que, apenas trabalhando menos, as pessoas poderiam pensar em estudo e escola. Os religiosos achavam que, apenas assim, as pessoas poderiam dedicar-se à religião. Os reformadores políticos pensavam que, apenas com menos trabalho, as pessoas poderiam pensar em militância sindical política (Camargo, 1998, p. 32).

Portanto, surge um tempo socialmente construído. Um tempo diferente daquele dedicado à linha de produção, intimamente ligado a uma outra esfera, que não a da obrigação. Esse “tempo livre” passou, então, a ser pauta de diversos debates sociais, que propunham variadas formas de ocupação para o mesmo, até mesmo outras obrigações (educação, religião, ativismo político, etc), ou o simples fazer nada, divertir-se.

A possibilidade de uso desse tempo para reuniões entre os operários despertou no patronato a necessidade de controle de sua massa trabalhadora, inclusive, distante das fábricas. O período é marcado por perseguições a espaços públicos que reunissem características para tal propósito, bem como atividades que suscitasse organização trabalhista. Sennet (apud WERNECK, 2000) coloca que em estratégias de perseguição a esses espaços, engendrada pela burguesia, chegou-se a proibir discussões e reuniões públicas entre operários de mesmo nível. Para tanto colocaram espões no encalço dos núcleos de organização trabalhista. Nem mesmo o divertido lazer passou despercebido dessa inquisição. O proletariado era obrigado a “calar-se até mesmo quando, ao encerrar sua jornada de trabalho, se reuniam em alguns locais propícios à vivência do lazer”. (WERNECK, 2000, p. 50).

Por outro lado, e mesmo com toda repressão dos patrões, a organização sindical engrossava o coro pela institucionalização de algumas demandas temporais dos

trabalhadores, tais como limitação da jornada de trabalho, férias, repouso semanal remunerado e feriados. O estabelecimento dessas instâncias foi, paulatinamente, se constituindo em conquistas trabalhistas que sacramentaram a existência legal do tempo livre, do tempo de lazer.

Nossa viagem aproxima-se de seu fim, quando na emergência do que veio a chamar-se pós-modernidade, as relações do homem para consigo mesmo e sobre os recursos naturais tomaram novos rumos, influenciando, inclusive, no olhar popular acerca das funções e do uso do tempo de lazer. Uma das principais características refletidas na esfera do tempo livre se relaciona diretamente com o quarto preconceito apresentado por Camargo (1998), que nos diz do entendimento de que trabalhar é difícil e divertir-se é fácil.

Os novos paradigmas gerenciais do capitalismo, atrelados a revolução da microinformática, cunharam novas formas de comportamento para o homo faber. Essa demanda convoca a educação formal para uma valorização do educando, em detrimento da valorização técnica do conteúdo, visto que agora este trabalhador precisa estar antenado com a nova dinâmica fabril, agora acelerada e difusa.

Bell (apud WERNECK, 2000, p. 63) nos coloca cinco dimensões que, a seu juízo, configuram o estabelecimento dessa nova era civilizatória. Para o autor “a orientação canalizada para o controle da tecnologia e sua distribuição, a centralidade do conhecimento teórico como pólo de inovação e de formação política para a sociedade, a preeminência social dos técnicos e profissionais na estrutura do trabalho, a redefinição do modelo intelectual/científico e, por fim, a passagem da economia de produção de bens para a de serviços” são peças chaves na edificação do modelo pós-moderno.

Na instância do lazer há uma clara identificação com a quinta dimensão, onde se avoluma na sociedade atual um infinito leque de oferecimento de atividades de lazer enquanto serviço, não raramente, no âmbito privado. São empresas que se debruçam na tarefa de oferecer estratégias de divertimento e distração para trabalhadores fora de seu tempo de obrigação. O mercado passa a ditar normas que, geralmente, dirigem as atividades para a formação de um mercado de consumo em massa.

Atracamos, então, nossa nave, nos retratos caricaturados que os dias atuais revelam sobre a realidade do lazer. Nessas fotos problemas que se avolumam, na medida em que a estrutura desigual de classes sociais se vê fielmente representada

na oferta de atividades de lazer, seja pelo setor público, seja pela iniciativa privada, seja pela procura do trabalhador operário, seja pela demanda do usuário de condições sócio-econômicas avantajadas. Este filme nos revela situações adversas no campo conceitual, da alteridade cultural, da indústria cultural de entretenimento, da educação para e pelo lazer, do mercado que absorve profissionais para atuação, das escolas de formação profissional, que pretendemos debater a seguir, pautados nos avanços teóricos construídos nessa área de estudos.

2.2. Debate acadêmico-conceitual sobre o lazer

A partir deste cenário histórico pudemos ver o quanto é antiga a relação conflitante entre trabalho e lazer. Por isso se torna fundamental o estabelecimento de um conceito histórico que compreenda a bipolaridade existente entre essas instâncias. Pôde-se observar que no âmbito das relações culturais de obrigação, estabelecidas pelo homem com a variável tempo, sempre algo externo lhe propôs ou impôs um tempo de não-obrigação ou não-trabalho. Na antiguidade a natureza contrapunha as ordens do tempo cíclico. Na Idade Média, a Igreja ponderou a infalibilidade do tempo vetorial, e mais modernamente, o relógio e a máquina colocaram ao homem a existência dual do tempo moderno, de trabalho e não-trabalho (ROLIM, 1989). A partir desta última etapa histórica, racional, é que se costuma advogar o nascimento da categoria lazer, enquanto ocorrência social da humanidade. Usando-nos de uma interessante metáfora do sociólogo Domenico De Masi, poderíamos dizer que idéia de paraíso é um referencial interessante para o nascimento conceitual desta instância.

Os seres humanos sempre sonharam viver o maior tempo possível, sofrer o menos possível e trabalhar o menos possível... Como vocês sabem existe um paraíso, ou melhor, muitos paraísos, descritos pelos teólogos da Igreja Católica... E há os paraísos hindus, os paraísos dos vários ritos espíritas... Bem, em alguns paraísos se reza, em alguns se canta, em alguns se medita... Mas em nenhum paraíso se trabalha. Então tenha o paraíso sido criado por Deus, sido inventado pelos homens, se o trabalho fosse um valor positivo, no paraíso se trabalharia (DE MASI, 1998, p. 06).

Os primeiros estudos ocidentais nesta área se debruçam, basicamente, em dois eventos. Um deles é o advento da Revolução Industrial, que trouxe em seu bojo a transição do trabalho artesanal/manufaturado para o industrializado. A produção em

série gerou o regime de horas de trabalho e, conseqüentemente, um momento de não-trabalho artificializado, que foi sendo progressivamente organizado, seja pelo movimento operário, seja pelo patronato.

O outro foi o advento da urbanização, fruto do êxodo rural propiciado pela corrida do homem do campo para as cidades, onde estavam as máquinas. Este fato gerou um repensar do espaço urbano que, mais contemporaneamente, vem gerando discussões em torno da possível extinção das áreas livres para as atividades de Lazer.

Os estudos brasileiros foram construídos, prioritariamente, em cima dessa segunda abordagem, e “... são marcados, na sua maioria, pela falta de ‘autenticidade’, principalmente se for levada em conta a legitimidade da ligação com a realidade concreta” (MARCELLINO, 1996, p. 05). Vale salientar que tais estudos só ganham caráter científico e contextualizado a partir das décadas de 80 e 90, e trazem à tona problemáticas como a questão da exploração da indústria cultural e de entretenimento, e da mercadorização dos espaços urbanos “livres”. Ou seja, o Lazer tem sido encarado, principalmente nesta etapa do modo de produção capitalista, como uma mercadoria e não um direito, como instrumento de segurança e não de liberdade, e, o que é pior, como elemento compensatório para a reposição das forças de trabalho.

Nesse sentido grande parcela dos cidadãos brasileiros, tem ficado alijada dos meios de acesso e produção da cultura no campo do lazer, entendido apenas como divertimento e descanso, amputando-o da possibilidade de desenvolver as suas potencialidades criadoras. A conseqüência é a procura por lazer fundado no prisma do utilitarismo compensatório, em detrimento da possibilidade de construção de uma identidade cultural emancipatória. “Esse caráter parcial e limitado que se observa quanto ao conteúdo dificulta a formulação de ações específicas, ou mesmo a realização de pesquisas, e é verificado também quando se procura detectar os valores associados ao lazer”. Marcellino (1995, p. 14).

Por conta disso existem duas correntes básicas de definição conceitual do lazer. Aqueles que atribuem relação direta deste com a esfera do trabalho, geralmente opondo-o a este, e aqueles que o compreendem na dinamicidade humana, como dimensão possível de criação e recriação das identidades individuais e coletivas. Ou como diria Marcellino (1995), são feitos entendimentos a partir da especificidade concreta ou abstrata do lazer, onde pensar com base concreta é entender o lazer

“em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, o que não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas (...) tendo em vista a realização humana, com base em mudanças no plano cultural” (Ídem, p. 15). Já no âmbito abstrato

Lazer seria uma ação que colabora para a manutenção do status quo, uma vez que, entre outros aspectos, não leva em conta o contexto mais amplo e, assim, deixa de considerar para a sua prática o que caracterizo como o ‘todo inibidor’: conjunto de variáveis que, tendo como pano de fundo a questão econômica, provoca as desigualdades quantitativas e qualitativas na apropriação do ‘tempo livre’ (Ídem, p. 16).

Pacheco (1992, p. 251) nos traz um trabalho sintetizador dessas correntes teóricas. No primeiro grupo de teóricos encontramos o conceito de Requiza, para quem lazer é “... uma ocupação não-obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”; Dumazedier, defensor da idéia de “... um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais”; e Camargo, onde lazer é entendido como “... um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos realizados num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstica e que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos”.

Ainda sob este olhar Camargo (1999, p.10) coloca como premissa para a conceituação do lazer a observação de algumas propriedades, inerentes ao mesmo, tais como escolha pessoal, gratuidade, prazer e liberação. A escolha pessoal daria conta do componente de livre arbítrio conferido ao indivíduo quando de seu tempo livre. Segundo o autor, “há um grau de liberdade nas escolhas dentro do lazer, maior que nas escolhas que se faz no trabalho, no ritual familiar, na vida sócio-religiosa e sócio-política”. A gratuidade seria o componente de entrega a atividade sem fins produtivos, “um tempo onde se pode exercitar mais o fazer-por-fazer, sem que necessariamente haja um ganho financeiro em vista ou um preço sério a pagar”. (Ídem, p. 12). Já o prazer seria a instância primeira na busca de uma atividade de

lazer. A liberação, o estágio pelo qual a atividade de lazer se encontra desgarrada das obrigações sociais. A partir da interseção dessas propriedades na caracterização de uma atividade de lazer, o autor defere em contraposição a categoria trabalho:

A conclusão final é de que lazer e trabalho se confundem apenas para uma minoria que deve ser seguramente inferior a um por cento da população economicamente ativa: artistas, artesãos, cientistas e uma parte de empresários e executivos. Estes últimos, se não se apaixonam pelos pregos, tecidos ou automóveis que produzem, ao menos se ligam efetivamente a um trabalho de cujo planejamento e execução participam.“
(Idem, p. 15)

Voltando aos estudos de Pacheco (1992, p. 252), expomos o outro grupo de autores que colabora para um conceito mais ampliado de lazer. Segundo o autor, Magnani defende o conceito que relaciona lazer à “Atividade marginal, instante de esquecimento das atividades cotidianas, lugar enfim de algum prazer – mas que, talvez, por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua visão de mundo”; e Cunha como “aquilo que denominamos lazer não é uma parcela de tempo ou de existência, e muito menos algo oposto ao trabalho, mas uma forma de vida que integra o homem em sua (nunca vivida) plenitude”.

As contribuições apresentadas pelos estudos de Nelson Carvalho Marcellino (1990, 1995, 1996a, 1996b) completam esta segunda categoria e são à base do conceito de lazer aqui defendido. Sustenta-se na premissa de que o homem participa culturalmente da institucionalização dos valores sociais estabelecidos, ora como reprodutor, ora como questionador. Portanto o lazer é entendido

Como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no tempo disponível. É fundamental como traço definidor, o caráter desinteressado dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 1996b, p. 03).

Impulsionado pelos estudos pioneiros do sociólogo francês Jofre Dumazedier, Nelson Carvalho Marcellino têm apresentado muitas contribuições acadêmicas, que adicionaram um olhar crítico-científico para a área dos estudos do lazer. Suas inferências no estabelecimento da construção de um conceito mais sólido

compreendem, por exemplo, o debate sobre alguns componentes inerentes ao lazer. Para Marcellino (1996a) se faz necessário a consideração desses componentes como condição para a elaboração de uma definição mais ampla, que dê conta da dinâmica que envolve este vocábulo. Um desses elementos diz respeito à binomia atividade-passividade. Geralmente impregnado pelo valor visual da palavra, que nos leva a pensar, automaticamente, em ação e imobilismo, esta relação, necessariamente, não traduz este significado. Tão pouco a questão simplista da prática e do consumo, como a definir que quem “faz” é ativo e quem “assiste” ou “consome” é passivo. Sobre isso o autor nos diz:

Assim, tanto a prática como o consumo, poderão ser ativos ou passivos, dependendo de níveis de participação da pessoa envolvida, níveis esses que podem ser classificados em elementar, caracterizado pelo conformismo; médio, onde prepondera a criticidade; e superior ou inventivo, quando impera a criatividade (MARCELLINO, 1996a, p. 20).

Outros tantos estudos se avolumaram a partir deste conceito, alinhando o lazer a outras frentes de estudos acadêmicos que se opuseram ao modelo social em vigência nos dias atuais. Contribuições importantes, nesse sentido, aprofundam debates da pauta da sociologia. Padilha (2000, p. 16) engrossa essa fileira. A autora coloca alguns questionamentos, procedentes, no sentido de alinhar a produção acadêmica nesta área com os estudos crítico-propositivos na área do lazer, senão vejamos:

Será possível um tempo livre cheio de sentido numa sociedade fundada na busca do lucro privado em detrimento da real satisfação das necessidades humanas? Como desfrutar do tempo livre mediante as dificuldades apresentadas pelo desemprego? É possível afirmar que o tempo livre pode existir independente da forma pela qual se realiza o trabalho? Na sociedade capitalista, o trabalho pode ser um caminho para a plenitude humana? Qual é afinal, a relação entre trabalho e tempo livre? Como pensar uma sociedade emancipada, potencialmente possibilitada pelos avanços, mas, contraditoriamente impedida pela lógica do capital?

Para além de uma visão dogmática da sociedade, trazemos aqui o posicionamento da autora no intuito de expor a diversidade teórica que engloba esta questão. Enquanto alguns cientistas acreditam na possibilidade de coexistência entre lazer e sociedade capitalista, outros, como a presente autora, advogam o

caráter imperfeito deste par. Oliveira (2000, p. 48), responde parte das questões levantadas pela mesma com uma outra interrogação: “Se estudar o trabalho é importante, pois ajuda a desvendar a produção da riqueza e quem dela se apropria numa sociedade como a nossa, porque os discursos sobre o trabalho haveriam de silenciar as indagações do não-trabalho?” E sentencia: “Discutir temas referentes ao lazer neste cenário poderia significar insensibilidade e inadequação, mas numa compreensão alargada, dialética e não bipolarizada das relações entre lazer e trabalho, não há como fugir à questão” (Idem, p. 48).

Pinto (1998, p. 51) é outra autora que compartilha de um conceito de lazer voltado para a atenção e/ou relação desta instância da vida com a problemática da sociedade moderna. Para esta pesquisadora:

Compreendido em sua essência sociocultural como vivência privilegiada do lúdico, isto é, do jogo, da brincadeira, do brincar, do brinquedo e da festa, o lazer sintetiza-se na busca de prazer, da alegria, pelo exercício da liberdade de desejar, intuir, planejar, organizar idéias e ações, saboreando as atividades. Desenvolve a capacidade de enfrentar riscos e desafios, buscando conquistas coletivas, estimulando a curiosidade, criticidade, a criatividade e a solidariedade nas relações das atividades, na ocupação do tempo e do lugar e no lidar com as condições materiais disponíveis para a concretização da vivência.

E nesse sentido assinala ainda Marcellino (1996, p. 29):

Assim, se por um lado é preciso considerar que a questão do lazer não pode ser enfrentada de modo isolado da questão sociocultural na sua totalidade, é preciso também considerar as possibilidades de ações específicas, na área, que considerem o lazer na totalidade das relações sociais e os limites e possibilidades de políticas públicas setoriais.

Alguns equívocos, porém, tem-se notado na colocação prática do conceito de lazer, seja por órgãos governamentais, seja por clubes de serviços. Não raro se vê nesses espaços a utilização de programas de lazer voltados para o descanso e o divertimento barato dos envolvidos, apartados de uma preocupação maior com o desenvolvimento sócio-cultural que o lazer poderia trazer. Essas ações têm cristalizado e engessado parte da visão institucional acerca do que venha a ser verdadeiramente o oferecimento de lazer a determinadas comunidades. Essas nuances têm caracterizado um mercado de trabalho desorganizado, forçando o

profissional a buscar respostas para sua ação, muitas vezes, nos ditames da indústria cultural.

2.3. Indústria cultural e mercado de trabalho: o profissional do lazer.

A partir no arcabouço teórico que fundou os conceitos até agora trabalhados, estamos nos propondo a discutir as implicações que estes teriam com as categorias indústria cultural, mercado de trabalho e atuação profissional. Não é intenção deste trabalho esgotar, nem tampouco aprofundar em demasia este debate. Levantaremos estes itens, pois achamos que eles têm relação direta com a temática abordada nesta pesquisa.

O debate contemporâneo que tem cercado a questão do lazer traz em seu bojo a polêmica discussão das influências “do” e “sobre” o mercado de trabalho. Para tornar o diálogo mais didático, dividiremos este tópico em três abordagens, lembrando que guardam entre si relações de conectividade importantes para a compreensão do todo. Entendemos que parte desta questão passa pelo esclarecimento do que venha ser a chamada “indústria cultural”, bem como sua influência no processo de formação e atuação dos profissionais que se colocam na condição de trabalhadores do lazer, principalmente no âmbito institucional, mais notadamente o de caráter público, pano de fundo desta pesquisa.

2.3.1. Indústria cultural

Muito se houve falar do poder persuasivo e até mesmo maléfico da televisão sobre seus telespectadores. Pais, educadores, cientistas sociais, psicólogos, dentre tantos outros especialistas, tem dedicado seu tempo a abominar o uso deste aparelho. A justificativa reside na hipótese que admite ser este instrumento o representante fiel dos interesses do sistema capitalista, visto que trabalha na perspectiva de adequar a população ouvinte ao modelo de produção vigente, tornando o cidadão um mero instrumento de condicionamento, voltado exclusivamente para o consumo de mercadorias.

Em seu estudo sobre a alienação e a revelação na indústria cultural, Coelho (1994), traz a tese tratada pelo sociólogo Umberto Eco, que resolveu denominar os seguidores desta linha de pensamento de “apocalípticos”, ou seja, aqueles que vêm na indústria cultural um estágio avançado de “barbárie cultural”, capaz de produzir ou acelerar a degradação do homem através dos mecanismos de alienação. Para

estes, os meios de comunicação estão a serviço do sistema, justificando sua existência social tão somente por este fim.

Por este prisma a indústria cultural seria um mecanismo produtor de cultura, formatada, segundo determinados parâmetros, para ser consumido por determinado grupo, visto que já vem moldado de acordo com o gosto do consumidor. Vale ressaltar que este gosto foi e é formado à medida que esta mesma indústria identifica novas demandas de consumo para a população. Portanto a preocupação desse grupo recai no exame do que diz ou faz a indústria cultural. “O estudo do quê exige uma análise caso a caso, levando em consideração situações específicas... O estudo do quê prende-se à questão do conteúdo divulgado pelo veículo”.(Idem, p. 39).

Nessa perspectiva teórica Padilha (2000) vê, não só a TV, mas todo o aparato colocado à disposição dos trabalhadores para seus momentos de lazer, controlados e manipulados pelo sistema, no intuito de manutenção do status quo. Para a autora os mecanismos sociais dos quais lançam mão as empresas são sedutores na medida que vendem uma imagem humana do patronato que estaria preocupado com o bem-estar do empregado, o que na sua visão, não passa de uma artimanha estratégica do modelo de produção.

Dessa forma a empresa acaba ganhando tanto por adquirir uma boa imagem frente à sociedade, quanto por manter sob relativo controle o tempo em que o trabalhador não lhe deveria nenhuma satisfação. Assim, as empresas que se ocupam do desenvolvimento dos recursos humanos, através da difusão do lazer para seus funcionários, contribuem para a difusão de uma nova versão do capitalismo: a do capitalismo humanizado. O lazer é visto como um favor, como um presente oferecido pelas boas empresas aos seus funcionários (Padilha, p. 64).

Por este prisma há de se condenar todas as iniciativas privadas de oferecimento de lazer a subalternos, visto que os objetivos de tais ações recairiam na tentativa da sedução para manutenção das relações de exploração. A TV SENAC, por exemplo, uma iniciativa do Serviço Nacional do Comércio, entidade que aglutina os interesses comuns dos proprietários de casa comerciais, não passaria de uma iniciativa enculcadora de valores humanizados do capital. Seus programas educativos e culturais não passariam de orientações/instruções transmitidas pelo ícone da indústria cultural (a TV) para a perpetuação dos valores sociais com interesse na

manutenção das relações de trabalho das classes envolvidas, revelando uma abordagem funcionalista do lazer, onde aqueles que o oferecem...

... enfatizam a importância do lazer como forma de oferecer compensações às restrições e ao descontentamento do trabalho, contribuindo para que o lazer seja nada mais que um apêndice do trabalho. Concebe-se, então, o lazer como algo dotado de poderes mágicos capazes de solucionar ou acabar com as frustrações das desagradáveis condições de vida, principalmente do trabalhador (idem, p. 60).

Em contraponto a este posicionamento se colocariam os “integrados”, aqueles que, de alguma forma, relativizam o poder desses meios, advogando ser possível através dos mesmos se chegar ao estágio de revelação, em contraponto a alienação, das significações do homem e do mundo que o cerca. (COELHO, 1994, p. 29). A estes é possível relacionar os pressupostos pedagógicos da educação “para” e “pelo” lazer, voltados para uma política de animação cultural. Partem para isso do princípio de que a base investigativa desses meios deve se debruçar no “como” é dita ou feita a produção cultural.

A análise do como tem alcance mais geral na medida em que parte do pressuposto segundo o qual os veículos da indústria cultural têm, cada um deles, uma natureza que permanece idêntica a si mesma em todas as manifestações desse veículo e um modo de operar que pode permanecer estável em determinadas situações.

Os integrados acreditam, assim, numa forma de atuação que, necessariamente, não prescinde de uma mudança no modelo social vigente. É óbvio que parte do esforço deriva da necessidade de superação do modelo, mas não condiciona a ação cultural do interventor ao estabelecimento de uma suposta nova ordem social. No âmbito específico das relações culturais pleiteia-se a possibilidade de se operar transformações pela e para a cultura.

Na verdade, coadunamos com as idéias que entendem a cultura não somente como um reflexo da ordem social, nem somente como uma força questionadora da estrutura. Pensamos que não seja possível, ou seja, uma apreensão parcial, pensar a cultura sem considerar a consonância dos dois aspectos. Assim, a cultura ao mesmo tempo em que funciona como propagadora de determinados aspectos da ordem social, refletindo mesmo esta ordem, funciona também como questionadora e abre caminho para o

questionamento. O profissional de lazer, que trabalha diretamente ligado ao âmbito da cultura, tem que lidar com essas contradições, aproveitando o potencial possível para intervir na ordem social, sem que tal intervenção signifique uma violência e uma desconsideração para com as características culturais de um determinado grupo. É, de fato, uma fronteira tênue e perigosa, mas que não pode deixar de ser encarada. (MELO e FONSECA, 1997, p. 654).

Essa diferença de tratamento pode ser ligada, sobremaneira, às diferentes formas de produção e difusão culturais. Podemos, por exemplo, falar de uma cultura erudita, de uma cultura popular e de uma terceira, a cultura de massa (COELHO, 1994). Esses três extratos culturais revelam traços plurais das relações estabelecidas no seio da sociedade, ora em favor, ora em contraposição aos valores da indústria cultural.

Sempre que falamos de indústria cultural, invariavelmente, somos levados a pensar em meios de comunicação de massa. Camargo (1999, p. 29) coloca essa relação bem clara.

Além da tevê, há ainda a escuta do rádio AM e FM, a leitura de jornais, revistas, escuta de discos, ou seja, um lazer financiado pela publicidade comercial a que usualmente se designa como indústria cultural. Daí surge, para muitos, uma outra suspeita de que o lazer é todo voltado para o consumo ou para atividades que levam ao consumo.

Coelho (1994, p. 09), porém, completa dizendo que este relação, de causa e efeito, entre meios de comunicação de massa e cultura de massa, não se estabelece na gênese desses gêneros conceituais.

A invenção dos tipos móveis de imprensa, feita por Gutenberg no século XV, marca o surgimento desses meios – ou pelo menos, do protótipo desses meios. Isso não significa, porém, que de imediato passe a existir uma cultura de massa: embora o meio inventado pudesse reproduzir ilimitadamente os textos da época, o consumo por ele permitido era baixo e restrito a uma elite de letrados.

A aproximação desses elementos (meios e cultura de massa) se consolida, mais claramente, com o advento da revolução industrial, com a necessidade de ampliação dos valores do capitalismo liberal, para o ajustamento do novo perfil de trabalhador ao novo modelo de trabalho.

Assim, a indústria cultural, os meios de comunicação de massa e a cultura de massa surgem como funções do fenômeno da industrialização. É esta, através das alterações que produz no modo de produção e na forma do trabalho humano, que determina um tipo particular de indústria (a cultural) e de cultura (a de massa), implantando numa e noutra os mesmos princípios em vigor na produção econômica em geral” (Idem, p.10).

A eclosão do *modus vivendi* oriundo da sociedade industrial trouxe conseqüências e sequelas sociais que se cristalizaram e permanecem, ainda em dias atuais como pontos-chave para a manutenção dos valores pregados e perpetuados pela indústria cultural. Ou seja, a reestruturação produtiva afetou consideravelmente as formas e condições de consumo. Com isso o lazer passa a ser, também, mais uma mercadoria do estado voltado para a economia de mercado. Sobre isso Padilha (2000, p.68) coloca três pontos que condicionam o lazer como mercadoria:

1º. Se as atividades de lazer são transformadas em mercadoria a serem consumidas, o lazer está perfeitamente integrado ao sistema econômico do qual ele faz parte; 2º. Se este sistema econômico tem o consumo de mercadorias como pilar de sustentação, e momento de realização do lucro, não só as atividades de lazer se tornam mercadorias, como o próprio lazer se configura em tempo para consumir mercadorias e; 3º. Se é real a tendência de aumento do tempo livre em função das transformações tecnológicas, parece provável que aumentará consideravelmente o número de serviços especializados em entretenimento (viagens, recreação, lazer).

Seriam, portanto, princípios-chave dessa industria cultural:

fabricar produtos cuja finalidade é a de serem trocados por moeda; promover a deturpação e a degradação do gosto popular; simplificar ao máximo seus produtos, de modo a obter uma atitude sempre passiva do consumidor; e assumir uma atitude paternalista, dirigindo o consumidor ao invés de colocar-se à sua disposição” (Ídem, 1994, p. 24).

Tais princípios vão nos dizer que estamos longe de termos uma cultura “de” massa, no sentido da produção/propriedade dos bens culturais, tendo em vista que seu estabelecimento não passa pelos verdadeiros valores populares, portanto não são feitos “pela” massa. O que se vê hoje é uma cultura “para” as massas, produzida e enlatada para o consumo rápido, fugaz e descartável.

É nesse espectro que o profissional do lazer é lançado no mercado de trabalho, muitas vezes, alheio a todo este contexto. Um profissional cada vez mais requisitado, visto que cada vez mais lazer é sinônimo de mercadoria, e cada vez mais o homem tem buscado significado para sua existência nesta instância da vida, posto que nela ele se expressa, mesmo que ideologicamente coagido, “voluntariamente”, buscando o prazer da atividade em si, o momento de desconexão com o mundo abarrotado e opressor. Esta mesma percepção que norteia o “consumidor” tem migrado, regra geral, para a consciência de quem oferta os serviços ou atividades, coroando este casamento tal qual em consonância com os interesses dos grandes conglomerados culturais (redes de Tv, hiperparques, casas culturais, etc.). Pinto (2000, p. 183) nos dá uma visão clara deste cenário.

Diante disso, o mercado responde de modo especial: vivemos tempos de lazer 24 horas; tempo da alta indústria do entretenimento. Valoriza-se o lazer como mercadoria que gera demandas diversas do mercado, sustentadas pelos desejos do capital. Há crescentes investimentos no lazer por parte do setor privado, mercadorizando corpos, desejos e conteúdos culturais. Ao mesmo tempo, definem-se novos problemas sociais.

2.3.2. Formação e exercício profissional no âmbito institucional

Algo fundamental para se compreender, nesta etapa do modo de produção capitalista, é o abalo que sofreu a categoria trabalho na sociedade. “Além disso, o trabalho não é mais sustentado hoje como referência de obrigação moral, e a posse do seu produto (as mercadorias) não é mais o maior estímulo para que se releve a centralidade do trabalho na vida do homem” (PADILHA, 2000. p. 40). Ou seja, o mercado joga nas ruas, diariamente, um exército de desempregados, resultado estrutural da afinação do modelo vigente com os seus objetivos, facilitada pelo avanço irreversível das novas tecnologias, principalmente a microinformática.

Mas embora o desenvolvimento tecnológico e organizacional ‘expulse’ os trabalhadores das indústrias, é preciso que aqueles que se mantêm no trabalho se adaptem e se submetam às novas exigências da acumulação flexível. Isso é conseguido, em grande medida, por estas transformações do mercado de trabalho, que tem se tornado um ‘mercado dual’: um centro composto por uma pequena parcela de trabalhadores superqualificados cercado por uma periferia composta por muitos trabalhadores

desqualificados que ocupam empregos parciais, temporários ou sub-empregos. (Idem, p. 26)

É nesse cenário que o trabalhador do lazer, mais contemporaneamente o animador cultural, emerge para um mercado de característica amorfa, ora composto de homens e mulheres vivenciando legitimamente seu tempo livre, ora composto pelo batalhão de desassistidos sociais, filhos da estrutura sufocante que desenha esta cena cultural.

Hoje se torna um tanto difícil fazer um recorte do que venha a ser o profissional que lida com o lazer. Um estudo feito por Melo e Fonseca (1997, p. 651) identifica alguns vícios que aproximaram o profissional de educação física dessa área, cristalizando-o como o legítimo representante desta fatia do mercado de trabalho. Partindo de um estudo histórico estes autores conseguiram levantar alguns pontos que se fundamentaram esta relação:

a) uma compreensão funcionalista das atividades de lazer, fundamentalmente dedicadas a corrigir os problemas da civilização contemporânea e adaptar o indivíduo à nova ordem social em vigor; b) uma tendência a redução das atividades de lazer a uma de suas possibilidades: as atividades físicas; c) a desconsideração com as especificidades e peculiaridades das atividades de lazer; d) uma carência de compreensão teórica aprofundada, responsável inclusive pelos problemas anteriores.

E complementam os autores:

Esta identificação parece ter se estabelecido pronunciadamente a partir da necessidade de formar profissionais adequados para atuarem em dois fóruns, duas grandes preocupações na época: a) nos recém-criados 'centros de recreio' (também chamados de 'praças de esportes'), notadamente nas cidades de Porto Alegre e São Paulo; e b) ministrando educação física para crianças do primeiro segmento escolar, no Brasil, da 1ª a 4ª séries" (Idem, p. 04).

Estas constatações são definitivamente reforçadas com a criação da primeira Escola Superior de Educação Física no Rio de Janeiro. O lazer passa a ser conteúdo programático do currículo de formação deste professor, através da disciplina recreação e lazer. E nesse sentido, podemos constatar que o suposto tratamento científico que este conhecimento deveria tomar dentro da academia, em muito não se processou, o que levou este espaço a colaborar com a perpetuação de

alguns equívocos na formação profissional na área, visto que os programas das disciplinas nos cursos de formação apresentavam duas problemáticas:

a) se limitavam a apresentação de uma série de possíveis atividades a serem desenvolvidas, mas não discutiam profundamente o referencial teórico necessário para que o futuro profissional tivesse uma atuação efetiva e consistente de animador cultural; e b) privilegiavam denotadamente as atividades físicas, reservando poucos espaços para atividades de outra natureza (Melo e Fonseca, 1997, p. 652).

Em um estudo das bases legais que legislam sobre a esfera do lazer, Marcellino (1996, p.25) constata que mesmo na chamada constituição moderna, aquela promulgada em 1988, equívocos estão presentes. O que mais chama a atenção é que um pouco mais de meio século depois, a história dessa área de conhecimento continuou a cristalizar uma visão paralela aos valores questionados pelas teorias mais críticas. Mesmo na lei continua-se a enfatizar o exercício do lazer no âmbito dos interesses físico-esportivos, ou mesmo ligado ao oferecimento de atividades de cunho funcionalista, voltadas para o descanso e o divertimento exclusivamente, desconectadas da possibilidade de desenvolvimento pessoal.

Na constituição de 1988, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais: o termo aparece em outras ocasiões, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV – ‘O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social’ (grifo a expressão por considerá-la, do meu ponto de vista, carregada de vícios assistencialistas, e que não dá conta do direito à felicidade, que sempre precisa de justificativas baseadas em critérios de ‘utilidade’). Nota-se, ainda, a vinculação restritiva a um único conteúdo (esporte).

Portanto, o modelo hegemônico de profissional requisitado pelo mercado de trabalho para lidar com atividades de lazer, regra geral, está contaminado por estes equívocos conceituais que se perpetuaram historicamente. Stoppa (2000) em sua análise sobre lazer e mercado de trabalho coloca sua preocupação com os possíveis estigmas criados pelas agências empregadoras. Segundo o autor existe toda uma imagem exigida por estes estabelecimentos quando da contratação de um animador cultural. Critérios relacionados a padrão de beleza (geralmente “global”), ou mesmo afinidade com crianças, estão na lista dos preferidos. O que ocorre muitas vezes é

uma confusão na caracterização da competência profissional, "... associada à pessoa mais 'palhaça', engraçada, que procura em tudo fazer 'graça' e a todos fazer cair na gargalhada" (STOPPA, 2000, p. 177).

Seguindo seu encaminhamento, o autor traz ainda, como ressalva, determinados procedimentos adotados por animadores culturais, impregnados pela cultura do movimento, da ação, em detrimento da inanição, "... desconsiderando, portanto, o ócio enquanto possibilidade de lazer, decorrendo daí a sensação de tempo perdido, quando os envolvidos preferem apenas assistir, ao contrário de praticar" (Idem, p. 179).

Este estigma imposto ao exercício do lazer está ligado à questão da atividade e passividade. O esporte é um bom exemplo deste paradigma. Considerado o expoente maior das atividades físico-esportivas em nosso país, tem tido sua prática reduzida nas últimas décadas, em detrimento da assistência. Marcellino (1996a) traz à tona um interessante estudo sobre esta questão, referente a uma pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O estudo aponta que 93% dos entrevistados admiram ou tem preferência específica por algum esporte, mas somente 39% destes praticam alguma atividade esportiva.

Na mesma perspectiva Bracht (1997) deixa pistas que nos leva a inferir sobre a possibilidade de tal ocorrência está ligada ao modelo de esporte difundido pela mídia, principalmente quando o mesmo se propaga enquanto produto de lazer da indústria cultural. Na verdade ocorre um choque entre os interesses difundidos no seio do esporte espetáculo ou de rendimento e aquele destinado ao lazer.

Podemos dizer que o esporte de alto rendimento ou espetáculo, aquele imediatamente transformado em mercadoria, tende, a nosso ver, a assumir (como já acontece em maior escala em outros países, como nos EUA) as características dos empreendimentos do setor produtivo ou de prestação de serviços capitalistas, ou seja, empreendimentos com fins lucrativos, com proprietários e vendedores de força de trabalho, submetidos às leis do mercado (BRACHT: 1997 P. 14).

Observa-se, portanto, a incapacidade do esporte de alto rendimento ou espetáculo de transpor toda sua indumentária tecnológica integralmente para o espaço de lazer do cidadão comum, mesmo reconhecendo que no plano do imaginário ele fornece o modelo que preenche o desejo da grande população. Parte

desta incompatibilidade pode ser explicada na divergência de objetivos que nutre a essência do esporte praticado em nível de alta performance para aquele de lazer.

O sentido interno das ações no interior da instituição esporte espetáculo é pautado pelos códigos (e semântica) da vitória-derrota, da maximização do rendimento e da racionalização dos meios. Por outro lado, no esporte enquanto atividade de lazer, outros códigos apresentam-se como relevantes e capazes de orientar a ação. Por exemplo, motivos ligados à saúde, ao prazer e à sociabilidade (Idem. p. 15).

Portanto, esta penalidade que se impõe ao ócio, como algo pejorativo ou desprovido de sentido, é bem típica do nosso modelo produtivo. Fazer nada é ser improdutivo. O ser improdutivo não interessa, a não ser que, em última instância, possa consumir. Porém a própria máquina capitalista vende esta ilusão da produtividade, pelo menos no campo dos interesses físico-esportivos do lazer, que tem se tornado um sonho distante para o cidadão comum, tanto pelos valores morais quanto pelos contábeis (está cada vez mais difícil se praticar esporte com as indumentárias ditas 'oficiais'). Decorre de tal situação uma postura condenatória ao estado de ócio, de improdutividade.

Domenico De Masi, sociólogo italiano e fervoroso defensor da sociedade do ócio, colocou aos ouvintes de uma palestra realizada no Brasil, três acusações geralmente feitas popularmente ao ócio no terceiro milênio:

Em primeiro lugar, o ócio é o pai dos vícios. Ou seja, do ócio resultam só vícios. Assim que vocês ficarem sem fazer nada, logo começarão a usar drogas, começarão a cometer violência sexual, começarão a estuprar. Então, o ócio é perigosíssimo! Vocês nunca devem ficar sem fazer nada, senão imediatamente irão se tornar delinquentes. Segunda acusação: do ócio vem a anarquia. Se as pessoas não fazem nada, não é mais provável governá-las. Terceira acusação: do ócio resultam as crises econômicas, as quedas nas bolsas. As pessoas que não fazem nada consomem sem produzir, portanto são perigosíssimas para a economia... Eu contei que, dentre 74 sinônimos da palavra ócio em um dicionário italiano, somente 23 têm significados quase positivos, como alívio e repouso, por exemplo; 13 têm um significado neutro, como trégua, e 38 têm um significado negativo, como dissipação, traição, periculosidade (DE MASI, 1998, p. 09).

O ócio tem sido, dessa forma, encarado como algo pernicioso, principalmente à manutenção dos valores difundidos pelo modo de produção capitalista. Parte desses

equivocos vão estar presentes, portanto, também nas instituições que lidam com o lazer no âmbito das políticas setoriais, sejam elas de caráter privado ou público. Essa confusão se estabelece, na maioria das vezes, na alocação do lazer em uma secretaria ou diretoria, dentro do organograma da prefeitura:

No Brasil, ouve-se muito uma classificação de atividades de lazer em atividades esportivas, recreativas e culturais. Lazer esportivo seria aquele praticado segundo regras, o recreativo seria exercido livremente, e o cultural, centrado nas artes e no conhecimento. As objeções a esta classificação são várias. Não tem um critério comum, já que conteúdo e forma estão misturados (CAMARGO, 1999, p. 17).

Como foco deste trabalho vamos nos dirigir especificamente ao papel institucional das prefeituras, através de suas secretarias de lazer, esporte, cultura e/ou educação, entendendo que este é um dos possíveis espaços de manifestação do lazer, "... mas é fundamental que diferencie sua atuação das demais iniciativas, desde as espontâneas, até as da chamada 'indústria cultural'". (MARCELLINO, 1996b, p. 25).

Partimos do princípio de que sobre as prefeituras recai um papel de aspecto legal, qual seja o do cumprimento da constituição no tocante ao atendimento do lazer para a população. Estabelecendo tal premissa como pressuposto institucional do executivo municipal, enxergamos a necessidade desse lócus estar articulado com a produção acadêmica nesta área. Seria difícil imaginar uma secretaria de saúde com procedimentos do início do século no combate às doenças infectocontagiosas, ou mesmo uma secretaria de educação que defenda o uso da palmatória na sala de aula. De forma análoga pensamos que uma secretaria que dê conta do lazer deva estar, no mínimo, posicionada histórica e conceitualmente para o debate contemporâneo de sua área acadêmica. Sobre isso MARCELLINO (1996b, p. 02) nos coloca:

É preciso considerar, ainda, que as propostas de trabalho não podem ficar restritas à elaboração de documentos, muitos deles até com 'boas intenções' na fixação de princípios, mas que acabam se transformando em discursos vazios, por levarem em consideração a realidade dos executivos municipais, no nosso país, a começar pelos quadros para atuação, muitas vezes hostis a qualquer tipo de mudança na orientação das ações desenvolvidas, passando pelas dificuldades do setor se impor, ainda na

administração como um todo e esbarrando em questões relativas ao orçamento, etc”.

Portanto, há que se pensar cuidadosamente tanto na proposta conceitual como na formação do profissional que ocupará tal função administrativa à frente de uma prefeitura. Não raro estas funções são preenchidas, tendo como premissa conceitos equivocados, como por exemplo: ex-profissionais do esporte ou ex-artistas famosos (músicos, atores, pintores, etc.), na maioria das vezes, sem nenhuma preparação acadêmica ou mesmo teórica para lidar com o lazer.

Todas essas incursões e preocupações teórico-metodológicas têm sido tratadas no âmbito das Universidades. Em algumas com o olhar crítico que merece. Em outras apenas como a área do conhecimento responsável pela diversão alheia. Muitos são os programas desta disciplina que se reportam ao lazer como um pacote de atividades a ser desenvolvido em determinado espaço. Uma série de vícios tem sido observada, desde a manutenção dos valores sociais praticados por uma minoria, até a massificação de pacotes culturais impostos de cima para baixo pelos agentes.

No que se refere à extensão universitária na área de lazer e recreação, através dos cursos de Educação Física, o que temos presenciado com a nossa experiência, é o oferecimento de ruas de lazer, colônias de férias, escolinhas esportivas, gincanas, entre outras atividades, mas infelizmente isoladas e desconectadas de um projeto integrado com o ensino e a pesquisa”. (SILVA, 2000, p. 193).

Geralmente o profissional que tem recebido a incumbência de comandar programas culturais se apresenta mais como um animador de auditório. Suas qualidades, medidas pelo seu poder de fazer rir, muitas vezes confundido com fazer feliz, são reforçadas nos bancos da Universidade, local, por excelência, onde deveria ser reelaborada, de preferência na perspectiva da superação dos modelos conformistas. Silva (2000, p. 193), sobre isso, afirma:

“Sei que as técnicas são importantes para sua formação, todavia, as mesmas desprovidas de uma visão ampliada da sociedade, seria o mesmo que estar servindo acriticamente ao mercado. Seria o mesmo que não ter passado pela universidade”.

Portanto, podemos dizer que o eixo de formação, no âmbito das universidades pode e deve direcionar seus olhares para a produção e difusão de um conhecimento questionador da ordem vigente. Se for verdade que a indústria cultural responde aos requisitos do mercado, também deveria, na mesma medida, ser verdade que a universidade é o local por excelência de discussão crítica das problemáticas que atravessam a sociedade. No caso específico, defendemos que esta intervenção deva ser feita no sentido da transformação.

Alguns autores vão mais além. Acreditam ser preciso uma reestruturação mais ampla, na própria sociedade, como condição para que se operem mudanças. Para estes a crítica recai sobre o modo de produção capitalista, colocando o mesmo como limite estrutural para a efetivação de ações transformadoras. Padilha (2000, p. 104), por exemplo, orienta seu debate nesse sentido:

Não há dúvidas de que a evolução das tecnologias possibilita uma diminuição do tempo de trabalho necessário e um aumento do tempo livre, mas a evolução das tecnologias não possibilita, por si só, que o tempo livre seja mais importante que o trabalho e que seja cheio de sentido. Isso porque inovação tecnológica não é sinônimo de emancipação”.

E arremata a autora, completando sua defesa rigorosa pela superação do modelo capitalista:

Parece evidente, então, que as principais limitações do tempo livre contemporâneo estão na própria estrutura totalizante do capitalismo... Parece primordial considerar, no entanto, que o homem só pode ser verdadeiramente livre quando se livrar das coações – externas e internas, físicas e morais – que compõem a sociedade capitalista” (Idem, p. 105).

Mais uma vez De Masi (1998, p. 04) traz um ponto de vista, que nos parece estar posto na contramão da visão da autora supracitada. O autor em suas incursões sociológicas sobre a evolução da sociedade industrial para a pós-industrial nos coloca os limites e possibilidades que entende ter existido nos dois modelos hegemônicos de gestão do estado: o comunismo e o capitalismo.

No final das contas esses dois regimes estão demonstrando que o comunismo é capaz de distribuir a riqueza, mas não é capaz de produzi-la, enquanto que o capitalismo é capaz de produzir a riqueza, mas não é capaz de distribuí-la. Este problema determina que o comunismo perdeu, mas o capitalismo não ganhou. Encontramo-nos em uma crise de

passagem, pois é necessário criar um terceiro modelo, que não seja nem o comunismo, baseado somente na solidariedade, nem o capitalismo, baseado somente na competitividade. É criar um modelo que não se baseie no trabalho, mas que seja baseado no tempo livre”.

Entendemos, contudo, que um pressuposto modelo de formação para animadores culturais deverá ter a capacidade de mediar este debate teórico. Tendo em vista que esta profissão está mais próxima do exercício das faculdades mantenedoras do modelo social vigente, percebemos a necessidade de se ter claro o norte metodológico da formação sem, contudo, opor barreiras para a possibilidade de se trabalhar nas brechas estruturais encontradas no atual sistema. Acreditamos que na dinâmica cultural possa estar um desses momentos, e que o animador cultural, possa ser o seu agente primeiro.

2.4. EAD, globalização, novas tecnologias e educação: algumas aproximações.

A formação profissional, inserida no debate contemporâneo das novas tecnologias, mais notadamente daquelas que tratam do Ensino à Distância (EAD), é uma preocupação presente no debate acadêmico da área de educação. A polêmica que recai sobre a funcionalidade ou não dos mecanismos de tal modalidade de ensino tem gerado boas discussões nas mais variadas instituições de ensino.

Para além do maniqueísmo simplista que confere poderes unicamente construtivos ou destrutivos à EAD, partiremos aqui da necessidade de se colocar em pauta a possibilidade de elaboração de uma experiência deste modelo de educação na área do lazer, ponderando, para isso, tanto os argumentos favoráveis quanto os desfavoráveis, relativos a esta questão.

O problema da educação a distância é que nela há mais distância do que educação. Mesmo assim, cabe reconhecer que o futuro da educação está na teleducação. Formas virtuais de educação serão tão comuns, ou talvez até mais comuns, que formas presenciais físicas. Entretanto, a tendência a sua mercantilização é patente, porque, podendo atingir grandes números pela via eletrônica, pode sinalizar a oportunidade de bons negócios. Ao mesmo tempo, dentro da tradição instrucionista dominante, a teleducação corre o risco de reduzir-se ao mero repasse reprodutivo de conhecimento, tendo como emblema central a teleconferência que, geralmente, não ultrapassa a aula. (DEMO, 2000, p. 147)

Começaremos, para tal, com uma análise ponderada dos mecanismos sócio-históricos que estão relacionados ao surgimento das novas tecnologias, notadamente aquelas de comunicação, e a sua relação com a metodologia de ensino a distância. Buscaremos colocar os recursos relacionados a EAD no contexto do modelo social ao qual estamos inseridos, sem perder de vista o acirrado debate que se impõe a esta questão, relativo ao real papel dessas tecnologias no atual estágio do modo de produção capitalista.

Adotaremos, nesse sentido, uma abordagem em tópicos, de forma que se torne mais clara nossa perspectiva de olhar sobre estes objetos, bem como para, também, evitar cair em modismos que, regra geral, são alimentados por mitos que se aligeiraram no senso comum, tais como “... as novas tecnologias produzem bem-estar; através do uso das novas tecnologias o acesso a educação será facilitado; vivemos a sociedade da informação; com o uso das tecnologias da comunicação teremos mais democracia e interatividade...” (ALONSO, 2000, p. 92)

Portanto, não seria possível, pelos menos no aspecto pedagógico, se iniciar uma discussão sobre EAD sem antes situar esse debate no contexto ao qual está inserido, mesmo entendendo que alguns autores colocam essa problemática isolada das relações embrionárias que o tema tem com aspectos políticos, históricos e sociais.

2.4.1. Considerações sobre a educação no contexto da globalização

A abordagem pretendida aqui sobre educação está vinculada organicamente aos avanços ocorridos no campo tecnológico. Estaremos buscando nesses aquilo que têm dotado-os de um poder retórico capaz de dar rumos aos processos pedagógicos de âmbito educacional.

Porém, a busca desse entendimento não significa potencializar os ditames setoriais oriundos dos avanços das novas tecnologias. Ao contrário, buscaremos analisá-las na perspectiva de extrair das mesmas o que de mais útil teria para o programa que ora pretendemos lançar, como resultado deste trabalho, sob pena de estarmos sendo superficiais nesta questão.

Nos colocamos, com isso, atentos, porém não fechados, aos discursos simplistas que tentam deslocar o debate da existência da determinação das relações sociais, estabelecidas nos diversos modelos de sociedade, para um plano individualista caracterizado por um paradigma tecnológico, onde faríamos parte de uma sociedade

informatizada, onde “as diferenças estariam marcadas pela riqueza ou carência de informação que possua cada pessoa”. (ALONSO, 2000, p. 91)

Compartilharemos aqui de autores que vislumbram o pleno êxito de experiências educacionais a partir do uso das novas tecnologias, porém, pautadas pelo debate contemporâneo que as situam, também, como um dos graves problemas estruturais do modelo social vigente.

Ou como diria Preti (2000, p. 18)

É uma problemática complexa que suscita diversas questões, mas que tem como referência as transformações nos sistemas de conhecimento, na vida prática, social e econômica neste final de milênio. Só daremos conta de compreender a tela de relações postas e que dão unidade e direção a esses sistemas, se analisarmos as transformações já produzidas e em processo, do ponto de vista global e não desconhecendo as especificidades da sociedade nacional.

Portanto, entendemos que o princípio que funda a educação enquanto mecanismo social capaz de produzir e/o reproduzir, construir e/ou difundir o conhecimento culturalmente produzido pelo homem, nas diversas etapas de seu processo civilizatório, está presente, também, nos instrumentos que caracterizam a dimensão do trabalho.

Tendo em vista este ponto de vista teórico, nosso entendimento sobre esta temática terá como tônica a inter-relação existente entre o mundo do trabalho e o campo da educação. Nesse sentido compartilhamos do pensamento de Saviani (1994, p. 152) quando nos coloca as bases dessa relação desde os tempos mais remotos que se têm notícia.

É sabido que a educação coincide com a própria existência humana... À medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida é que ele se constitui propriamente enquanto homem... O ato de agir sobre a natureza, adaptando-as às necessidades humanas, é que conhecemos pelo nome de trabalho... Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho.

Portanto, apontamos a necessária tensão que existe entre as categorias trabalho e educação, principalmente a partir do momento em que o homem extratificou-se em classes sociais, necessitando sempre da educação para instrumentalizar o homem

para o trabalho. Nesta dinâmica a escola aparece como um dos mecanismos educativos que representa de forma mais legítima os interesses do sistema produtivo (idem, 1994).

No atual contexto podemos dizer, então, que o trabalho, principalmente a partir do modelo fordista, tem conferido determinadas orientações ao ramo educacional, o que tem ocasionado um caráter reprodutivista a esta instância.

Postula-se, assim, uma estreita ligação entre educação (escola) e trabalho; isto é, considera-se que a educação potencializa o trabalho. Essa perspectiva está presente também nos críticos da “teoria do capital humano”, uma vez que consideram que a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora da mão-de-obra (força de trabalho). (idem, p.151, 1994).

É a partir, então, das demandas oriundas do mundo globalizado¹ que esta relação tem se tornado mais evidente, mais exigente. Neste sentido, uma estreita relação entre os meios e os fins que se aplicam à educação estão diretamente relacionados com os propósitos produtivos do trabalho, ou melhor dizendo, do capital.

No atual contexto, caracterizado por uma superação do paradigma fordista², observa-se uma preocupação crescente com os rumos da educação. Se naquele modelo a capacitação do trabalhador recaia sobre especificidades meramente técnicas de operação de máquinas e/ou procedimentos específicos de determinada rotina da cadeia de produção, nesta fase a ênfase se situa no aprendizado de qualidades, capazes de tornar o trabalhador emocionalmente apto para enfrentar diversas demandas no ambiente de trabalho.

As etapas históricas denominadas neofordismo e pós-fordismo, implementaram mudanças organizacionais na cadeia produtiva, buscando superar os três princípios

¹ Quando nos referirmos a Globalização neste trabalho, estaremos compartilhando do ponto de vista de Oreste Preti (2000) que a define assim: “Globalização, nova ordem mundial, mundialização do comércio e da produção industrial, alta modernidade, sistema mundial: não importa a terminologia utilizada e sua base epistemológica. O que importa apanhar, neste novo contexto, é o processo de formação de uma nova ordem global tendo por base o poder econômico, ao invés do poder político, deslocando a discussão sobre as relações de poder para as relações técnicas, de gerenciamento eficaz e eficiente de recursos. Há um processo de *despolitização* em face de uma visão tecnocrática, gerencial e pragmática, onde a grande empresa capitalista é posta como modelo.”

² Sobre este conceito caminhamos na direção do que aponta Raggat apud Belloni (2001) que preconiza: “Fordismo é um sistema de produção industrial caracterizado por: métodos de produção de massa; automação usando máquinas dedicadas à produção de um produto determinado; força de trabalho segmentada responsável por tarefas fragmentadas e especializadas; controle centralizado; e organização hierárquica e burocrática.”

básicos do modelo fordista, quais sejam a baixa inovação dos produtos, a baixa variabilidade dos processos de produção e a baixa responsabilidade do trabalho. (CAMPION e RENNER apud BELLONI, 2001).

O pós-fordismo aparece como uma forma do capitalismo do futuro, “mais justo e democrático”, e propõe também inovações nos dois primeiros fatores: alta inovação do produto e alta variabilidade do processo de produção, mas vai além do neofordismo¹ e investe na responsabilização do trabalho. (BELLONI, 2001, p. 12).

A ênfase neste terceiro princípio/fator demandou mudanças radicais no modo de se educar o futuro trabalhador. Com o aumento da responsabilidade na cadeia produtiva, passa a ser exigida do trabalhador um maior nível de qualificação, o que demanda da escola formal a abertura de suas torneiras para o processo de formação em massa.

A expansão da oferta de ensino, na busca da universalização do conhecimento foi, talvez, uma das ações que mais impactaram a educação como um todo. A corrida por uma educação que dê conta do desafio de qualificar no menor espaço de tempo possível, dispara no sistema uma série de políticas educacionais de aligeiramento da formação.

No campo da educação, esta lógica de “massa” vai evidenciar-se na expansão da oferta de educação (universalização do ensino fundamental e depois do ensino secundário) e nas estratégias implementadas (grandes unidades, planejamento centralizado, otimização de recursos, uso de tecnologias). (BELLONI, 2001, p. 13).

Evans e Nation (apud BELLONI, 2001) ressaltam para a exaltação dessa bandeira da universalização, defendida hoje em dia por diversos governos. Na corrida ao ouro eclodem programas institucionais de massificação ao acesso à educação, por meio de políticas de expansão da oferta de vagas e da mudança nas estratégias implementadas para o ensino. Aqui cabem medidas mundialmente recomendadas pelos organismos internacionais de financiamento, tais como “universalização do ensino fundamental e depois do ensino secundário, otimização de recursos e uso de tecnologias.” (p. 13).

¹ A autora, em seu criterioso trabalho de levantamento das matrizes que fundaram os pilares do mundo do trabalho, coloca o neofordismo como uma etapa transitória entre o fordismo e o pós-fordismo. Para ela o neofordismo avança também nos dois primeiros princípios, como o pós-fordismo, porém conserva a estratégia de baixa responsabilização do trabalho, com formas de organização fragmentadas e controladas. (BELLONI, 2001).

É neste cenário que surge e demanda por um sistema que dê conta do oferecimento de escolarização em massa, baseado, principalmente, em tecnologias comunicacionais de ponta. A modalidade EAD surge, nesta perspectiva, como a grande vedete das possibilidades de consecução deste objetivo, visto que poderia dar conta de problemas contemporâneos, tais como:

“O crescente número de jovens que necessitam de educação; o crescente número de adultos que necessitam de acesso rápido à educação e formação ao longo de suas vidas; a necessidade de encontrar meios mais econômicos de proporcionar educação e formação face às pressões financeiras enfrentadas pelos governos.” (RUMBLE, 2000, p. 44)

Tais mudanças, exigidas pelo novo cenário social, potencializam, com isso, o surgimento de modelos gerenciais da força de trabalho, como conseqüência direta do reordenamento do chão da fábrica. Aqui os ditames da economia de mercado, marcas incontestes do capitalismo, implementam no *modus vivendi* da escola objetivos diretamente em consonância com o movimento da economia como um todo.

As necessidades da economia são, portanto, de maior flexibilidade e inovação, o que leva ao surgimento de novas formas de organização do trabalho e de gestão. Trabalhadores “flexíveis” e com múltiplas competências aparecem como fator-chave destas mudanças. As conseqüências para o campo da educação são claras: necessidades de reformular radicalmente a educação inicial, de desenvolver ações integradas de formação contínua, ao longo da vida, e de transformar os locais de trabalho em organizações de aprendizagem. (BELLONI, 2001. p. 22)

E é nesse contexto que pretendemos debater a inserção “revolucionária” das novas tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem, mais especificamente naqueles mediados por metodologia de EAD. Não nos furtaremos ao reconhecimento da inserção irreversível de mecanismos tecnológicos no processo educacional, principalmente no universo da modalidade em questão. Porém acolheremos, no seio deste trabalho as críticas, procedentes a nosso juízo, que relativizam a necessidade histórica de implementação ou não de programas de EAD em determinadas situações.

2.4.2. Novas tecnologias e EAD

As novas tecnologias (NT's) e a EAD tem caracterizado um casamento questionado por muitos autores. Muitas das análises passam pelo prisma maniqueísta e dogmático que as apresenta ora como benfeitoras, ora como malfeitoras da educação.

Alguns autores trazem em seus conceitos o projeto de sociedade que acreditam ser ideal para a manifestação da EAD. Nossa aproximação se faz com aqueles que apontam a possibilidade técnica de uso desta metodologia, porém contextualizada em seu tempo e espaço sociais.

Prete (2000, p. 34), por exemplo, coloca que em seu entendimento

Não se trata, pois, nem de entronizar e nem de condenar ou execrar as tecnologias, como responsáveis por certos males da sociedade moderna, como o desemprego, a introdução de novos comportamentos, de uma nova ética. Devem ser encaradas na EAD como meios e não fins em si mesmas. Não devem ser avaliadas como neutras, pois nelas estão embutidos valores, conceitos, visões de sociedade, uma racionalidade, processos de conflitos, de privilégios e de exclusão, etc. Foram produzidas para responder a problemas concretos, para desempatar conflitos. Elas têm, pois, um conteúdo político e social. (PRETE, 2000, p. 34).

Nesta perspectiva, Alonso (2000) traz uma série de reflexões que nos remetem a uma ponderação a cerca da questão, para que não se tome, de forma apressada, partido por essa ou por aquela posição teórica.

O mais importante é perceber que o uso das tecnologias de comunicação não muda, em princípio, as velhas questões para a proposição de qualquer projeto educativo: para quem? Para que? e o como? este projeto será desenvolvido. Sem a definição de um público, sem a definição dos objetivos, sem a definição de parâmetros pedagógicos, ou um modelo básico de sistema educativo e, sobretudo, dos conteúdos a serem veiculados, o uso das tecnologias da comunicação servirá muito pouco. (p. 95)

Alguns autores se colocam de uma forma mais incisiva, radicalizando o ponto de vista em relação a aceitação dos parâmetros que sustentam a EAD. Demo (1998, p. 23), numa de suas críticas ao modelo teleducativo coloca:

A teleducação está marcada por facilidades duvidosas, que não são amparadas pelo desafio da aprendizagem autêntica, como bastar-se com ver televisão, estudar à distância, investir o mínimo ou nenhum esforço,

etc. Imagina-se que tudo vai tornar-se mais ou menos brincadeira, como é ver uma novela, algo atraente, emocionante, envolvente. Deixa-se de perceber que ver novela propende a incitar um efeito imbecilizante típico, que é a absorção passiva e acrítica. Embora a novela possa ser educativa, sua tendência mais típica é a da imbecilização.

Peters (apud BELLONI, 2001, p. 10) prefere colocar a EAD em um lugar sócio-histórico quando a define da seguinte forma:

Estudo a distância é um método racionalizado (envolvendo a definição e trabalho) de fornecer conhecimento que (tanto como resultado da aplicação de princípios de organização industrial, quanto pelo uso intensivo da tecnologia que facilita a reprodução da atividade objetiva de ensino em qualquer escala) permite o acesso aos estudos universitários a um grande número de estudantes independentemente do seu lugar e residência e de ocupação.

Cabe ainda, neste conceito, uma pequena emenda, que nos permite entender a amplitude de abrangência deste mecanismo, não só para fins universitários e sim para todo o eixo oficial de ensino, bem como para objetivos externos à instrução formal escolar.

Os conceitos de EAD que tomamos aqui emprestados de alguns autores que discutem este tema, partem, numa primeira instância pelo cuidado em distinguir tecnologia de meio. Bates (apud RUMBLE, 2000, p. 45) coloca esta fronteira por entender ser os meios “uma forma genérica de comunicação associada a formas particulares de representar o conhecimento”. O autor ainda identifica cinco tipos principais de meios: o contato humano presencial, o texto, o áudio, a televisão e a computação. Ainda com o mesmo autor, o que diferencia cada um do outro seria que cada um tem sua própria maneira de apresentar o conhecimento, de organizá-lo a partir de formatos preferidos ou em estilos de apresentação.

Conclui, portanto, o autor, vaticinando:

A tecnologia é o veículo que transporta um meio. Certas tecnologias estão estreitamente associadas a cada meio; por exemplo, o texto está ligado a tecnologias de impressão e computadores; o áudio a fitas cassetes, rádio, telefone e discos; a televisão à transmissão, videocassetes, videodiscos, satélites, fibras óticas, ITFS, microondas, e videoconferências; e a computação a computadores, telefone, satélites, fibras óticas, ISDN, CD-

ROM, CD-I. Essas tecnologias dão suporte a várias aplicações de meios em educação a distância. (idem, p. 46)

Neste sentido, entendemos a EAD como um meio a se pleitear a educação de alguém. Para tal utiliza-se de diversos tipos de tecnologias, que desde seus primórdios migraram de formas mais rudimentares para outras mais modernas. Essas demandas históricas vieram caracterizar o que alguns autores chamaram de gerações da EAD.

A primeira geração foi caracterizada pela predominância do texto impresso ou escrito à mão. A educação por correspondência foi o grande mote desta etapa, tendo em vista a indústria gráfica barata e os serviços postais relativamente rápidos por meio de ferrovias. Os sistemas da segunda geração eram pautados pelo uso de televisão e áudio. O rádio e, às vezes, o telefone, serviam de suporte para esta última modalidade. Porém seu ápice se deu quando o sistema transmissor passou das redes de transmissão via terrestre para o sistema de satélites. Já a terceira fase foi marcada pelo uso conjunto dos recursos das outras etapas anteriores, porém numa perspectiva de multimídia. A grande operadora desta etapa foi a computação. Aqui os processos se desenvolveram tanto com soluções baratas como caras, tendo em vista que alguns idealizadores defendem que o contexto multimídia ofereça todos os recursos necessários para o aprendizado. Por fim, a chamada quarta geração, erigida em torno de paradigmas comunicacionais de última geração, mediada por sistemas de instrução orientados por computador em redes de conexão. (RUMBLE, 2000)

Sobre este estágio atual a autora coloca ainda:

Os sistemas de quarta geração requerem acesso a um computador e à internet. Há altos custos para sua adoção - incluindo a propriedade de um computador e ao software associado, aluguel de uma linha e a capacidade de pagar os custos dessa linha. A capacidade da rede para processar as transações com velocidade também é um grave problema. Entretanto, esses sistemas são verdadeiramente globais. (p. 49)

Portanto, este prisma coloca as NT's numa posição dependente dos recursos teórico-filosóficos da educação, sem autonomia própria para gestar o sucesso deste ou daquele programa de formação. À medida que voltamos o nosso entendimento para este olhar, compreendemos a necessidade de uma justa mediação entre

posturas tecnofóbicas e/ou tecnofílicas. Ou seja, em si elas não representam um fim, mas um meio para se alcançar algum objetivo.

Alonso (2000, p. 96) coloca o caráter instrumental, de ferramenta pedagógica, que as novas tecnologias assumem nesse aspecto:

A utilização dessas tecnologias nos processos de ensino/aprendizagem, como ocorre com a utilização de qualquer outro meio, teria, como principal fator, servir de base para a superação de modelos comunicacionais fechados em si mesmos, possibilitando o estabelecimento de relações caracterizadas pela crescente interação entre os diferentes atores participantes de um processo de formação.

O nosso olhar, nesta problemática, aponta para uma das possibilidades de entendimento desta questão. Longe de querer universalizá-la, colocaremos aqui, tendo em vista a falta de consenso que paira sobre tal questão, a nossa perspectiva de olhar sobre a EAD. Até mesmo porque entendemos que as NT's, como marcas inconteste de nossa realidade, devem ser utilizadas como recursos, porém contextualizadas, tendo em vista sua inserção social comprometida com valores ligados ao mercado.

Como tem acontecido no decorrer de todo este trabalho, adotamos o caminho de análise do tema a partir de seus recorrentes históricos, justo para não cair na armadilha apressada de julgá-la somente pelos reflexos de sua atuação no contexto contemporâneo.

Aliás, como tudo que tem preenchido as lacunas deixadas pelas formas tradicionais de ensino, têm-se tendido, hoje em dia, ao fascínio barato ou exaltação da EAD, tomando-se apenas por base parte de seus resultados, geralmente pautados em dados estatísticos e quantitativos.

Sobre isto, Preti (2000, p. 33) alerta:

Se existe o fascínio, a sedução por estas tecnologias (chamadas até de "inteligentes"), por outro lado corremos o risco da alienação, da crença ilimitada, panacéica, creditando a elas a capacidade de solucionar os problemas de aprendizagem e as dificuldades de acesso ao saber.

Concordamos ainda com o mesmo autor, quando ressalva o papel das NT's dentro do processo de EAD:

Elas, por si só, não garantem a aprendizagem. Estudos clássicos demonstram que variáveis associadas ao êxito no processo de aprendizagem não estão associadas aos meios utilizados, às tecnologias, e sim à motivação e ao interesse de aluno e professor, muito mais a um sorriso do que a uma atraente, mas fria, tela de televisão ou ao encantador monitor de um computador. (Preti, 2000, p. 35)

Portanto, temos neste trabalho a lucidez de perceber a relação simbiótica existente entre EAD e NT's. E mesmo sendo a EAD um processo secular, entendemos que hoje ela se retroalimenta dos avanços ocorridos no seio da revolução tecnológica, o que faz dela, principalmente em sua quarta geração, uma espécie de refém dos avanços neste campo do conhecimento.

Por isso, no contexto geral da EAD, há um reclame, quase que unânime, para a utilização de tecnologias comunicacionais de ponta.

Na educação à distância, a pressão para se adotar novas tecnologias de comunicação origina-se de um desejo de realizar três coisas: proporcionar o diálogo interativo instantâneo (usando o telefone, áudio e videoconferência); criar oportunidades para o diálogo e a interatividade; incrementar a velocidade na qual as mensagens possam ser trocadas dentro de uma estrutura de comunicações assíncronas, usando-se fax e comunicação eletrônica ao invés de correio. (RUMBLE, 2000. p. 51)

Esse ritmo alucinante de avanços tem imprimido novas demandas tanto para pensadores/filósofos, como para educadores, que ultimamente têm se debruçado em estudos quanto aos destinos do processo pedagógico neste modelo de ensino. Vários têm sido os educadores que tem questionado a qualidade do processo pedagógico mediado por tecnologias de ponta, principalmente aqueles servidos à distância.

No entanto, parte desses posicionamentos brota de determinados preconceitos, geralmente fundados no medo do novo. Garcia (2000, p. 82) identifica dois tipos de olhares preconceituosos sobre a questão:

Em muitos ambientes ela é vista ou como um facilitário pedagógico para quem não deseja fazer muito esforço para regularizar sua situação escolar, ou como uma educação de segunda categoria para os pobres que não podem (ou não devem) aspirar a uma escolarização de melhor qualidade. Tanto num caso como no outro, o preconceito se revela na admissão de que deve existir um tipo de educação para as elites e um outro para os

pobres, que devem se contentar com os modelos alternativos de pouca expressão e de baixa valorização social.

Porém, a análise dessas questões não pode se dar de forma apressada. Parte das respostas para tais problemas se encontra na inserção histórica tanto das NT's como da EAD no contexto educacional contemporâneo, geralmente atrelados aos avanços e/ou retrocessos do modo de produção ao qual se vinculam. E aqui não dará para escapar de análises pautadas nas contribuições oriundas das ciências econômicas e sociológicas, como o fazem algumas correntes teóricas míopes.

A importância deste debate é crucial, já que estes modelos (criados para descrever formas específicas de organização da produção econômica) têm influenciado não apenas a elaboração dos modelos teóricos, mas as próprias polêmicas e práticas de EAD, no que diz respeito tanto às estratégias desenvolvidas como à organização do trabalho acadêmico e de produção de materiais pedagógicos. (BELLONI, 2001. p. 09)

E nesse sentido não dá para se fechar os olhos ao namoro existente entre EAD e explosão demográfica, entre aumento da indústria, necessidade de operários/funcionários melhores qualificados e qualificação em menor tempo possível e custo, ou com diria Saviani (1994, p. 1556):

É o que por vezes se chama de vínculo entre a escola e os padrões urbanos. Quanto mais avança o processo urbano-industrial, mais se desloca a exigência da expansão escolar. Por aí é possível compreender exatamente por que esta sociedade moderna e burguesa levanta a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga.

Este dado apresenta, nesta questão, a íntima relação existente entre EAD e os processos industriais de produção. Muitos estudiosos, inclusive, apontam relações evidentes do embricamento deste modelo pedagógico com as mesmas técnicas utilizadas no chão da fábrica, numa tentativa de ajustar a forma de aprender à forma de trabalhar.

Peters (apud Belloni, 2001. p. 21) coloca um ponto de vista interessante sobre esta questão:

A EAD implica a divisão do trabalho de ensinar, com a mecanização e automação da metodologia de ensino e a dependência da efetividade do processo de ensino com relação às tarefas prévias de planejamento e organização dos sistemas (mais do que a habilidade do professor),

conduzindo a uma transformação radical do papel do professor. As relações professor/estudante se caracterizam por aspectos essencialmente diferentes daqueles que ocorrem no ensino convencional: elas são controladas por regras técnicas mais do que por normas sociais; são baseadas em pouco ou nenhum conhecimento das necessidades do aprendente; são construídas a partir de orientações e diretivas e não no contato pessoal; e buscam atingir os objetivos pela eficiência e não pela interação pessoal.

Saviani (1994, p. 158), neste mesmo prisma, aponta diretamente os interesses enviesados do modelo industrial na educação:

Esta tendência é compreensível no quadro histórico esboçado. Se se trata de um tipo de sociedade onde a forma escolar é dominante e ela é que define a educação, as demais formas são aferidas a partir dela. Então é compreensível que se reivindique que a forma escolar assuma, na prática, toda aquela extensão que o tipo de sociedade está exigindo dela.

A educação, nessas últimas décadas, tem promovido, de forma mais escancarada, uma aproximação com os interesses do mercado, colocando o ensino a serviço das qualidades e/ou competências gerenciais.

O trabalhador domina algum tipo de saber, mas não aquele saber que é força produtiva, porque a educação moderna coletivizou o trabalho e isto implica em conhecimento do conjunto do processo, conhecimento este que é privativo dos grupos dirigentes. Cada trabalhador só domina aquela parcela que ele domina no processo de produção coletiva. (SAVIANI, 1994,p. 157)

No entanto, acreditamos ser possível articular os avanços do campo das NT's e a EAD com os avanços ocorridos no campo da educação, mesmo que aparentemente pareçam conflitantes.

Noutro patamar, esta ligação tem colocado à educação desafios contrahegemônicos favorecedores de uma nova ordem questionadora da comunhão instrumental entre a escola e o mercado, mesmo que entendendo a justa necessidade de buscar articulações para o estudo das referências deste na educação de uma pessoa.

O princípio que buscamos estabelecer neste trabalho, converge para esta segunda hipótese, por entender ser um desafio mais complexo que a primeira

situação, visto que ainda é um processo em construção, atento às demandas do mercado globalizado.

Embora a ênfase na tecnologia possa ser compreendida como uma forma de determinismo, não se pode incorrer no equívoco oposto, que consistiria em minimizar sua importância, pois hoje mais do que nunca os progressos técnicos dão forma aos processos sociais e econômicos (ou modelam-nos), agora de globalização das relações de tempo e de espaço e outros que se situam no interior de um processo maior que é a reestruturação do capitalismo contemporâneo, com a flexibilização dos processos e mercados de trabalho, e a variabilidade de produtos e padrões de consumo. (BELLONI, 2001. p. 20)

A partir dessa estrutura globalizada, os mecanismos atuais de EAD são decisivamente marcados por um alcance geográfico cada vez maior, conectando temporalmente espaços geográficos muito distantes. Nesse sentido tem cooperado para o encurtamento da distância existente, em alguns casos, entre o aluno e o conhecimento.

Seria esta, então, a nossa perspectiva de abordagem desta temática. Cuidadosa, porém não tecnofóbica, visto que busca considerar os avanços tecnológicos, principalmente aqueles no setor comunicacional, sem, contudo render aos mesmos poderes mágicos de transformação no seio social, como pregam alguns idólatras da tecnologia.

Muda-se, assim, o discurso e as lutas em favor da democratização da educação, da formação profissional, da sua expansão junto as camadas pobres e miseráveis por um discurso de qualidade, de uma qualidade submetida aos conceitos, aos preceitos, aos critérios e às práticas empresariais. De uma qualidade que tem a pretensão de melhorar os resultados da educação e de seus processos. Fala-se, então, de otimização, de racionalidade, de melhor utilizar os limitados recursos postos a disposição dos serviços educacionais. (PRETI, 2000, p. 23)

Caminharemos, portanto, no momento de apresentação de nossa proposta, por eixos estruturais que levem em consideração as ponderações aqui registradas. A perspectiva que recai sobre a proposição que colocaremos adiante, sustenta-se muito mais na necessidade histórica de superar problemas oriundos de políticas públicas de formação mal conduzidas, que de simples adesão ao modismo instalado nesta modalidade pedagógica.

3. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

3.1. A microrregião de Jequié

Tentar situar a perspectiva de formação/capacitação em lazer aqui construída, no âmbito das políticas públicas municipais, faz-me pensar que antes seria necessário um conhecimento prévio da microrregião de Jequié.

Mesmo reconhecendo que os conceitos aqui sistematizados se tornaram os parâmetros para a análise dos dados coletados, entendo ser necessário evidenciar algumas particularidades e peculiaridades da região, bem como do município sede, ora pesquisado.

Gostaria, portanto, de abrir um pequeno espaço para fazer um prólogo da cidade de Jequié, e da região, no intuito de situá-la social, econômica e demograficamente, para que os dados coletados e analisados possam ser entendidos na sua devida proporção. Com isso não estou negando o papel generalizador que possuem as pesquisas, e sim demarcando o campo de ação a partir das singularidades que tipificam o objeto estudado.

Localizada no sudoeste baiano (Figura 1) e denominada 13ª região administrativa do Estado da Bahia, a microrregião de Jequié responde hoje por 4% da população baiana. A região, como um todo, acompanha a tendência demográfica do Estado que, com seus 13.070.250 habitantes (BRASIL, 2001), é marcado por uma população urbana de 2/3 de seu contingente.



Figura 1: Microrregião de Jequié / 13ª região administrativa do Estado da Bahia.

Fonte: <<http://www.bahia.gov.br/cidades/jequie.htm>>

Apesar da sede administrativa, Jequié, apresentar números diferenciados do contingente urbano/rural macroestadual (88,50% da população é urbana), a microrregião preserva traços similares à relação existente no Estado da Bahia, sendo que de seus meio milhão de pessoas são distribuídas geograficamente entre 64% que vive na cidade e 36% na zona rural.

Jequié é o município sede desta microrregião. Situada na região sudoeste da Bahia, com uma área de 3.123 Km² (JEQUIÉ, 2002), é hoje considerada uma cidade de médio porte, de economia mista, baseada na pecuária e na indústria têxtil. Sua população é de cerca de 147.202 munícipes.

Nela está situada a 13^a Diretoria Regional de Educação e Cultura do estado da Bahia (13^a DIREC). Dela fazem parte 25 municípios (ver perfil demográfico de cada município no anexo 04), os quais foram utilizados nesta pesquisa como objeto da coleta de dados. São eles: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Cravolândia, Dário Meira, Ibirataia, Ipiaú, Irajuba, Iramaia, Itagi, Itagibá, Itaquara, Itiruçu, Jequié, Jaguaquara, Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Manoel Vitorino, Mirante, Maracás, Planaltino, Santa Inês e Ubatã. Juntos totalizam 515.705 habitantes, sendo que 28,50% deste montante situa-se no município sede, Jequié.

3.2. Apresentação e análise dos dados coletados

A partir das duas categorias estabelecidas a priori para nossa investigação, perfil e atuação profissional; e potencial tecnológico das unidades escolares municipais para abrigar metodologias de EAD, exporemos os dados coletados, classificados segundo as mesmas, para que se torne mais claro o objeto pesquisado.

3.2.1. Perfil e atuação profissional dos secretários/gerentes municipais de lazer

A partir das subcategorias definidas para esta categoria, observaram-se alguns dados que influenciaram decisivamente no perfil das bases do programa que ora estaremos sugerindo neste trabalho. Trataremos a seguir de cada subcategoria separadamente para que se tenha uma idéia mais detalhada do universo pesquisado.

Salientamos que, tendo em vista o compromisso ético desta pesquisa com a integridade moral dos entrevistados, optamos por não revelar o nome e o município de origem dos respondentes. No entanto enumeramos os gerentes de 01 a 16, no

intuito de ilustrar a fala dos mesmos e poder facilitar a caracterização dos mesmos no universo dos dados coletados.

a. Formação profissional – Este item refere-se às questões 1, 2 e 3 do anexo 01.

O dado mais surpreendente neste item foi a inexistência de profissional com formação específica para exercer funções na área de lazer. Hoje no país, os cursos de Educação Física e Turismo (em situações aplicadas), têm habilitado graduandos para atuarem nessa área. Porém não se encontrou entre os entrevistados nenhuma formação correlata a estas.

Interessou-nos, também, o nível de qualificação formal dos mesmos. Quase a metade tem nível médio, enquanto uma outra parte tem nível superior e uma parcela pequena dentre estes tem pós-graduação completa. (Gráfico 01)

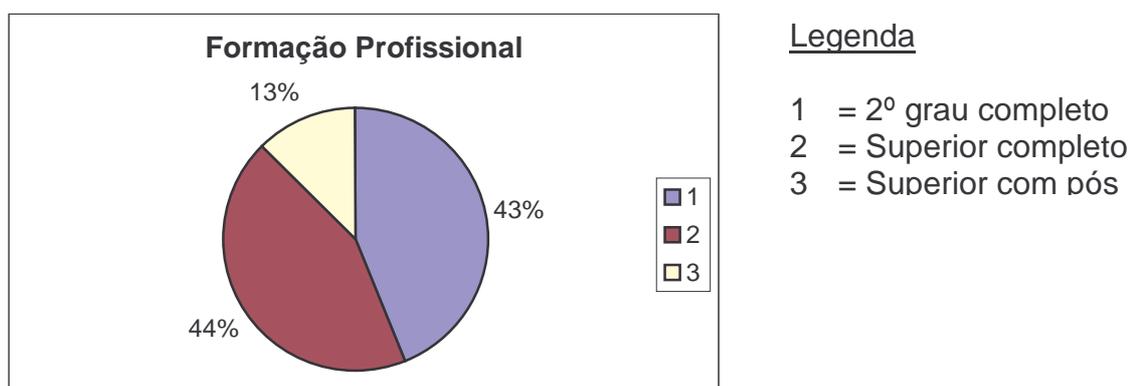
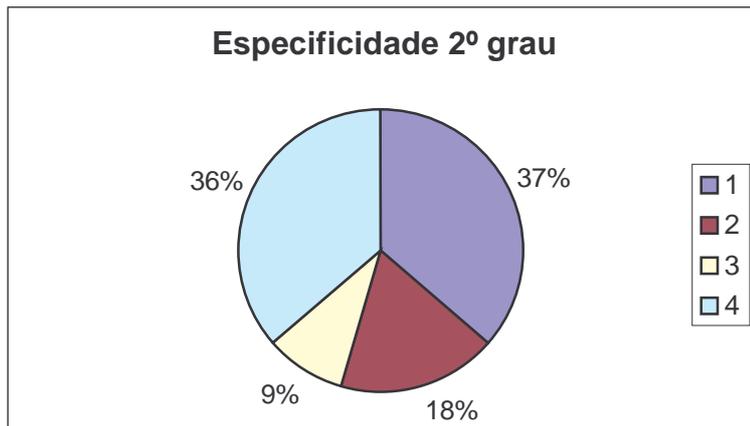


Gráfico 01: Nível de formação profissional dos gerentes/secretários municipais.

Na formação média há uma predominância dos cursos de Magistério e Contabilidade. Detectou-se também a presença de entrevistados oriundos do curso de formação geral (também conhecido como científico). Parte dos gerentes/secretários não declararam a especificidade do curso neste nível de formação. (gráfico 02)

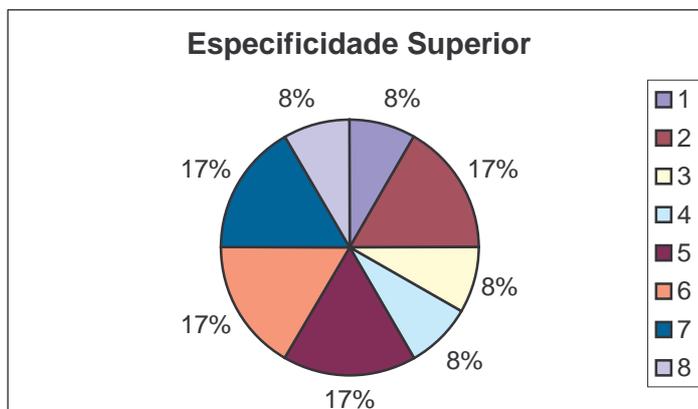


Legenda

- 1 = Magistério
- 2 = Contabilidade
- 3 = Formação Geral
- 4 = Não especificou

Gráfico 02: Especificidade da formação em nível médio/2º grau

No nível superior observou-se uma miscelânea de habilitações tais como, Medicina, Letras, Pedagogia, Administração de Empresas, Contabilidade e licenciaturas em Biologia e Química, porém, dentre os respondentes não houve registros de alguma habilitação em Educação Física ou área de conhecimento afim, teoricamente responsáveis pela habilitação de profissionais de lazer. (gráfico 03)



Legenda

- 1 = Medicina
- 2 = Ciências Contábeis
- 3 = Engenharia
- 4 = Administração
- 5 = Biologia
- 6 = Letras
- 7 = Administração
- 8 = Química

Gráfico 03: Especificidade da formação em nível superior.

A continuidade das questões dessa etapa buscou superar o pragmatismo da formação acadêmica, indo em busca de cursos alternativos bem como leituras na área de lazer que os ocupantes destes cargos buscaram ao longo de sua vida. A constatação que apareceu no item participação em cursos foi que apenas quatro pessoas tiveram experiências de discência na área. E isso na ótica do respondente, porque quando feita uma análise dos supostos conteúdos e temáticas tratadas nos mesmos, relatados nas respostas, percebeu-se que pouca aproximação existiu dos mesmos com assuntos da área de lazer e/ou políticas setoriais.

Por fim, no item leitura de obras relativas ao tema lazer, detectou-se resultado similar ao anterior. Mesmo tendo sido maior o número de declarações afirmativas de leituras na área, as mesmas pouco se identificam com a temática. A única exceção neste tópico foi a citação, por parte de um respondente, da leitura das obras O que é Lazer de Luiz Camargo e O que é política cultural de Martin Feijó, ambos da editora Brasiliense.

Tais dados configuram, a princípio, um distanciamento teórico dos secretários municipais com a temática lazer, seja no âmbito da formação acadêmica, seja na perspectiva da formação continuada através de cursos de capacitação. Esta conclusão impõe, a priori, a necessidade do estabelecimento de uma lógica curricular voltada para a correção desse déficit conceitual num futuro programa de formação para este universo.

b. Conhecimento sobre lazer e políticas setoriais – Este item refere-se às questões 4, 5 e 6 do anexo 01.

Sobre o conceito de lazer construído a partir da experiência pessoal, observou-se uma tendência a entender o lazer em sua especificidade abstrata (MARCELLINO, 1996B). Geralmente colocado em oposição ao mundo do trabalho, quase que unanimemente, foi entendido como um saco vazio¹, pronto para ser preenchido pelas demandas funcionalistas do dia-a-dia.

Notou-se também uma relação equivocada na predominância do conceito do mesmo apenas no campo dos conteúdos físico-esportivos, desconsiderando assim os interesses manuais, artísticos, turísticos, intelectuais e associativos. Abaixo algumas falas ilustrativas quanto a definição de lazer.

(Gerente 10) “Toda a atividade que auxilia no desenvolvimento físico e psicológico”;

(Gerente 01) “Recreação, jogos, campeonatos, festas e tudo aquilo que traz alegria e divertimento”;

(Gerente 05) “Espaço ou atividade prazerosa, que envolve pessoas. Exemplo: parque, clube, centro cultural, etc.”.

Quando solicitados a responderem sobre o papel da prefeitura na elaboração de uma política setorial de lazer, os respondentes, de uma forma geral, ofereceram

¹ O autor usa esta metáfora para parodiar o lazer enquanto um momento onde seriam colocados todos os interesses, motivações e atividades, sem serem observadas vinculações com outras esferas da vida social e sem maiores reflexões acerca de seu conteúdo.

respostas ligadas à atividade de lazer como um fim em si mesma, liberando do mesmo a possibilidade de intervenção no meio. Respostas como promover interação, oportunizar situações, revelar talentos esportivos, fazer festas para a população, externam uma percepção de lazer voltada para compensações¹.

(Gerente 02) – “Apoiar eventos para que possamos transformar a tristeza em alegria”;

(Gerente 09) – “Promover com constância eventos ligados a cultura, esporte e lazer, ser um facilitador buscando dar oportunidades aos talentos ocultos que temos nessa área”.

Um número reduzido de respostas coloca a participação do poder público no âmbito da utilização do lazer como meio para a promoção de valores voltados para a cidadania.

(Gerente 16) – “Elaborar políticas de lazer onde a população esteja envolvida na construção das atividades, visando à cidadania dos participantes”.

O conjunto majoritário das respostas demonstra um desconhecimento generalizado sobre o papel de uma unidade administrativa na elaboração de políticas setoriais de lazer.

Porém, quando se observa a questão relativa a participação popular nos projetos da prefeitura há quase que uma unanimidade a cerca da intervenção popular na construção dos mesmos. Ressalvada as devidas proporções na elaboração da resposta, ficou claro o diagnóstico de que, pelo menos teoricamente, todos os secretários defendem o princípio democrático de construção coletiva das atividades de lazer.

No entanto, há de ressaltar, que apenas um respondente citou a participação popular na execução do projeto e nenhum dos secretários colocou esta participação no estágio de avaliação de seus programas. Compreendendo que um evento constitui-se das etapas de planejamento/elaboração, execução e avaliação, externou-se neste item uma predisposição pela busca de um princípio democrático de participação, porém, incompleto em sua essência teórica.

(Gerente 06) – “Sugestão de eventos, participação para a captação de recursos e diretamente ligados à execução dos projetos”;

¹ Marcellino (1996a) denuncia a utilização do lazer enquanto política pública a partir de abordagens funcionalistas, sendo uma delas a compensatória, onde o lazer compensaria a perdas acumuladas ao longo da jornada de trabalho desgastante.

(Gerente 09) – “A participação da comunidade foi regular na elaboração. E na execução a comunidade participa com muita alegria, inclusive o tema do desfile esse ano foi o folclore brasileiro”.

c. Perfil da experiência na área – Este item refere-se as questões 7, 8, 9 e 10 do anexo 01.

Esta subcategoria buscou levantar o perfil das atividades realizadas na atual gestão dos secretários participantes da pesquisa, no intuito de desvelar o modelo de política setorial de lazer utilizada no município. Com essa etapa buscou-se comparar o entendimento conceitual de lazer com a materialização do mesmo na vida pública.

Na caracterização dos espaços públicos disponíveis para a utilização da população em eventos de lazer, pôde-se constatar a quase que predominância total de ginásios/quadras poliesportivas, estádios/campos de futebol e praças. Estes equipamentos foram citados em todos os municípios. Em alguns ainda apareceram ocorrências a espaços destinados a atividades com animais (vaquejadas, argolinha, etc.). Tal quadro mostra-se preocupante, principalmente pela tendência a cristalização de modelos de atividades de lazer apenas pautados nos interesses físico-esportivos ou associativos. Vale ressaltar que em nenhum município houve a citação de espaços como teatro, cinema, conchas, casas de show, etc. (Gráfico 4)

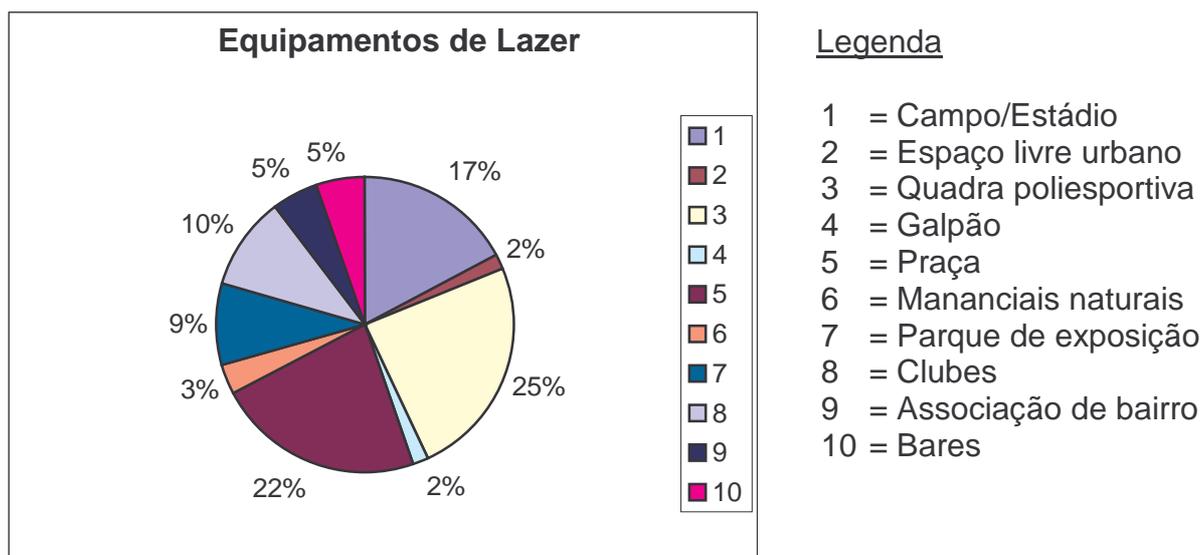


Gráfico 04: Disponibilidade de equipamentos de lazer para a população.

Quando questionados sobre as atividades oficiais realizadas nesses espaços, notou-se que todas as secretarias realizaram atividades de lazer na atual gestão. As atividades mais citadas nas respostas foram: gincanas, campeonatos, desfiles cívicos, feiras culturais e de negócios (agropecuária, etc.), jogos escolares, apresentações artísticas e festejos de datas comemorativas (São João, aniversário da cidade, etc.). (Gráfico 05)

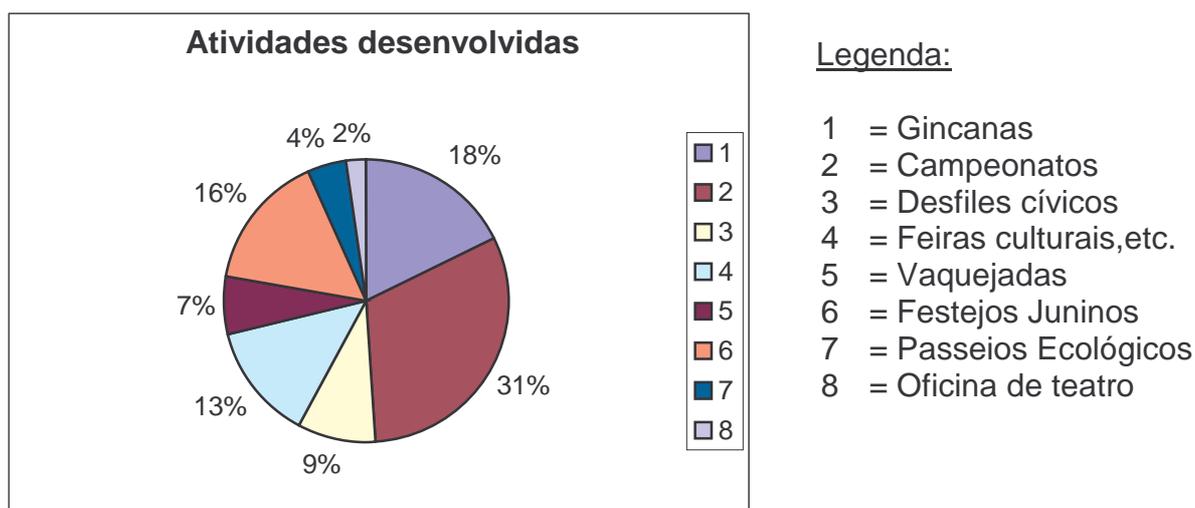


Gráfico 05: Atividades realizadas pela prefeitura no âmbito do lazer.

Quando solicitados a responderem sobre a participação popular na elaboração e execução dos mesmos as respostas mostraram, mais uma vez, uma discrepância entre a exposição de um conceito democrático de participação popular e o verdadeiro exercício do mesmo. As respostas neste item geralmente tenderam para o generalismo. Colocamos aqui algumas delas para que melhor se faça ilustrada situação:

(Gerente 02) - “Participaram todos da comunidade atuando se dedicando aos eventos”;

(Gerente 11) - “Total”;

(Gerente 01) - “Nenhuma”.

Alguns secretários incluíram em suas respostas a participação popular em nível de planejamento, mas mesmo assim, de maneira muito vaga. E apenas um respondente incluiu a etapa de avaliação como sendo uma das quais sua comunidade participa.

Por fim, na visão dos respondentes, estas atividades tiveram como objetivo maior divertir a população, tirar os jovens do mundo das drogas, proporcionar um momento de prazer para a população. Tais respostas nos levam, irremediavelmente, a constatação, mais uma vez, da imagem que se tem do lazer associado apenas ao divertimento e ao descanso. Com exceção de apenas uma resposta, não se viu nos dados menção à possibilidade do lazer proporcionar o desenvolvimento social daqueles envolvidos nas atividades.

(Gerente 06) – “Promover interação entre os munícipes, proporcionar divertimento à população”;

(Gerente 10) – “Proporcionar a comunidade opções de entretenimento, visando afastar os jovens e os adolescentes do mundo das drogas e da musicalidade”.

3.2.2. Potencial tecnológico das unidades escolares municipais para abrigar metodologias de EAD.

O questionário dirigido à 13ª DIREC foi entregue nas mãos do assessor-chefe da diretoria que nos retornou-o respondido, dias após a entrega. Alguns dados foram muito importantes para o desenho das bases do programa que ora sugerimos como resultado desta pesquisa.

Visando identificar o potencial tecnológico das unidades escolares estaduais, com sede nos municípios participantes deste estudo, o referido questionário revelou os seguintes dados, que podem ser conferidos na íntegra no anexo 05:

a. Procuramos a princípio identificar o histórico da DIREC em experiências de formação/capacitação utilizando-se de metodologias de EAD. Inexiste, segundo o respondente, qualquer participação desta instituição em programas desta natureza. As referências que se tem de atividades envolvendo cursistas da região são no modelo presencial, geralmente realizadas na sede, no município de Jequié.

b. A microrregião constitui-se de um montante de 1083 unidades escolares, sendo 123 delas de âmbito estadual e 960 de âmbito municipal. Destas 141 possuem o kit tecnológico, sendo 83 escolas estaduais e 58 municipais. Um dado fundamental para as intenções deste trabalho é o fato de 24 das 25 cidades componentes da região possuírem o kit em estado de funcionamento. Apenas o município de Itagi não possui o kit tecnológico.

O Kit Tecnológico, constitui-se de um pacote de instrumentos que foi distribuído pelo Governo do Estado da Bahia, e amplamente divulgado na imprensa televisiva,

para que as escolas pudessem acompanhar o programa federal de educação intitulada TV ESCOLA. Faz parte do kit um vídeo cassete, um televisor, uma antena parabólica e um receptor.

c. Quanto às atribuições da DIREC na administração dos kits constatou-se uma relativa dependência das unidades escolares, tanto em relação à utilização dos mesmos quanto ao tipo de público beneficiado. Por exemplo, apenas servidores do Estado e alunos podem se beneficiar da utilização dos mesmos. Porém, a DIREC informa que cada escola tem autonomia para estabelecer parcerias com outras instituições com vistas a programas educacionais. Ressalva-se, contudo, o veto a utilização das unidades escolares para funcionamento de universidades e faculdades sem a prévia autorização da Secretaria Estadual de Educação.

Por fim, a DIREC informa que não dispõe de autoridade para interferir no calendário de atividades da escola, outorgando ao diretor (a) da mesma o poder de condução dos rumos da unidade escolar. A seguir extraímos a resposta dada pela DIREC nesta questão para que fique mais claro este posicionamento: “A autoridade da escola é do diretor, pois só ele poderá acompanhar os trabalhos realizados na escola. A DIREC interfere no que diz respeito a orientação, fiscalização e controle da parceria, podendo ou não intervir no processo, porém considerando sempre o desenvolvimento e eficácia do Ensino Público Estadual.”

3.3. Conclusões sobre o caso estudado

Chegamos a alguns pareceres, pelo menos em caráter provisório, tomando por base os dados coletados neste trabalho. Entendemos que existem dois pontos diferentes a serem abordados neste momento. Um diz respeito aos conteúdos específicos do lazer. O outro trata das características tecnológicas da região para suportar um curso com metodologia de EAD.

No primeiro aspecto entendemos que há um longo abismo entre o conhecimento desejável e aquele que os secretários possuem na área de lazer. Porém, reconhecemos também, que parte desse fosso corresponde a ausência de cursos de formação/capacitação na região. O Estado da Bahia possui apenas 8 cursos de licenciatura em educação física que, a exceção da UESB, não trazem em seu currículo nenhuma disciplina específica de estágio na área de lazer.

Contudo, a pesquisa mostra que o conceito trazido pelos secretários no exercício de suas funções, em muitos casos, se aproxima do senso comum. Neste contexto

podemos afirmar que, tanto no aspecto teórico-conceitual mais puro, quanto na elaboração e execução prática de eventos em lazer, existe uma necessidade urgente de capacitação dos quadros administrativos, hoje atuando no poder público.

Quanto ao segundo aspecto pôde-se chegar a algumas conclusões. A primeira delas é que, do ponto de vista físico, a microrregião de Jequié tem suporte para a realização de um curso a distancia, baseado principalmente em transmissões via satélite. Outro aspecto importante, a partir de uma análise no plano diretor da cidade sede, é que as distâncias geográficas existentes entre os municípios favorecem a utilização dos serviços dos correios como forma de suporte e atendimento ao aluno, através de material impresso e/ou magnéticos.

Outro ponto relevante é a presença de mecanismos de reprodução de aulas (vídeo cassete e TV) em todos os municípios, o que propiciaria a utilização de aulas pré-gravadas como parte da metodologia de ensino.

Com isso, avaliamos que a referida região tem suporte tecnológico para comportar um curso em EAD, principalmente, baseado em mecanismos da 1ª e 2ª gerações. Ressalva-se aqui que a presença de microcomputadores e de rede de comunicação via internet não foram objetos de estudo desta pesquisa. A grande ênfase recaiu na possibilidade de transmissão via satélite das aulas, no sistema de teleconferências. Conforme o anexo 06, pode-se averiguar a existência, no Estado da Bahia, de serviço público de geração de sinal via satélite, mediado pela transmissora estatal, o Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (IRDEB).

Por fim, colocamos a disposição desta pesquisa em assumir o compromisso de alinhar alternativas para a superação do problema ora estudado como possibilidade de questionamento da ordem estabelecida e cristalizada no modelo capitalista. Entendemos que, também, através do lazer, se expressa a possibilidade de construção de uma ação pública integrada com o poder municipal, através do órgão responsável em desenvolver estratégias no âmbito da animação sócio-cultural.

4. BASES PROPOSITIVAS PARA PROGRAMAS DE EAD EM LAZER

A priori nossa intenção, ao elaborarmos este tópico, está fundada nas possibilidades de se construir bases mínimas para que um curso de formação/capacitação possa ser oferecido na região, tendo por base os recursos tecnológicos disponíveis. A opção pela área de lazer é apenas uma recorrência da área acadêmica de estudos do pesquisador. Vale dizer, então, que o levantamento aqui feito não amarra as possibilidades de realização de programas em outras áreas, desde que levantadas previamente às necessidades de conteúdo do universo alvo. Para isso, dividiremos as proposições em duas partes. Uma na área de lazer e outra na área tecnológica.

A partir dos conceitos trabalhados ao longo desta pesquisa, e dos resultados apurados, proponho algumas linhas de intervenção que venham a possibilitar a materialização e concretização das bases teóricas externadas no decorrer deste trabalho.

Os pontos básicos, respeitadas as diferenças e singularidades das respostas oferecidas pelos secretários municipais das cidades da microrregião de Jequié, foram incorporados no que aqui chamo de sugestões de encaminhamentos para a construção de propostas de programas de EAD voltados para a gestão municipal do lazer.

a. Proposições no âmbito do lazer.

A proposta que apresentamos aqui intenciona colaborar na base conceitual da formação do currículo de cursos de capacitação em lazer, partindo essencialmente do levantamento feito entre os secretários. Sugerimos, então que tais cursos abordem como referência de seus programas os seguintes tópicos:

OBJETIVOS:

Estabelecer bases históricas e teórico-filosóficas para o entendimento conceitual do que venha a ser Lazer e Políticas setoriais públicas e privadas de Lazer;

Planejar, construir e avaliar intervenções em aparelhos específicos e não-específicos de lazer com vistas a atender demandas comunitárias.

TEMAS GERADORES:

Módulo I – Princípios conceituais do Lazer.

O que é Lazer? O que é Recreação? Lazer e Revolução Industrial; Tempo e Atitude em Lazer; Conteúdos culturais do Lazer; Barreiras sociais para o Lazer;

Aparelhos de Lazer; Níveis de abordagem para o exercício do Lazer; Lazer, Cultura e mídia; Indústria cultural de entretenimento (o profissional da programação cultural);
Módulo II – Políticas setoriais de Lazer.

Formação profissional e mercado de trabalho; O público e o privado num país capitalista; O que vem a ser Políticas públicas? Políticas setoriais de Lazer; Ação Comunitária enquanto proposta de política pública de Lazer.

Módulo III – Implementação e Gerenciamento da Ação Comunitária.

O público Alvo e o espaço da ação; A organização da equipe executora; A gestão do implemento; Metodologias de ação no âmbito das políticas de Lazer;

Acreditamos que seriam estas as bases teóricas que deveriam fundar um curso de lazer para o universo pesquisado, tendo em vista, principalmente, corrigir alguns equívocos conceituais frutos da falta de formação acadêmica na área.

b. Proposições de bases tecnológicas

O elenco de alternativas que estaremos colocando aqui parte das respostas oriundas da segunda categoria de pesquisa que estabelecemos para a coleta de dados. Ressalvamos, em tempo, que a ausência de recursos baseados na internet se deu pela constatação que tivemos enquanto tutor do curso de complementação para as licenciaturas, oferecido pela Secretaria de Educação do governo do Estado da Bahia, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. Na ocasião este recurso se configurou como uma das dimensões menos utilizadas. Reconhecemos que tal constatação deveria fazer parte do elenco de dados levantados junto a DIREC, ao invés de ser considerada a partir da experiência do pesquisador. Porém mesmo assim consideramos tal situação.

Utilizaremos como sugestão para as bases tecnológicas de um suposto programa as contribuições apresentadas por Neder (2000, p. 205) quando aponta elementos imprescindíveis aos sistemas de EAD.

“A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo; a produção e organização de material didático apropriado à modalidade; processo de acompanhamento e avaliação próprios; a criação de ambientes reais e virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos e o processo de orientação acadêmica.”

Portanto, sugerimos os serviços prestados pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), organismo estatal, voltado para fins institucionais e/ou empresariais (anexo 06). Parte do sistema de aulas teria, assim, suporte em teleconferências. As aulas seriam transmitidas dos estúdios do IRDEB e recepcionadas nas unidades escolares de cada município, através dos kits tecnológicos.

Outra parte seria realizada em material impresso, a partir de textos base e atividades acadêmicas para serem realizadas em domicílio. Esta etapa seria sempre precedida pela teleconferência.

Também haveriam aulas via material gravado em fita de vídeo cassete. Nestas estariam os subsídios teóricos para o acompanhamento do material impresso, devidamente explicada pelo mediador.

Na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia estaria o suporte estrutural do curso, onde funcionaria, de maneira presencial, sua secretaria e a unidade pedagógica de atendimento ao aluno. Nesta unidade estariam os tutores para atendimento, via serviço de 0800, e os tutores para atendimento presencial. A existência deste espaço físico está na observância do que coloca Rodrigues (2000, p. 165):

As estruturas organizacionais adequadas são fundamentais para que a EAD tenha êxito. Como na modalidade presencial, são necessários prédios de tijolos e cimento. Na modalidade a distância, as estruturas devem ser previstas para todas as etapas de planejamento, produção, atendimento aos alunos e avaliação. O comprometimento da instituição com os programas e o atendimento às necessidades dos alunos são essenciais para a continuidade dos projetos e a credibilidade da própria metodologia.

Por fim, apontamos a seguir algumas providências que achamos necessárias, no plano institucional, para que as propostas aqui colocadas possam ser melhores encaminhadas, tendo em vista o processo burocrático da máquina administrativa. Seriam eles:

1. Levantar o nível de entendimento teórico das pessoas que comporão o corpo docente. Como as discussões nesta área de conhecimento datam de época recente, talvez se detecte um relativo desconhecimento da profundidade conceitual do que venha a ser lido.

2. Identificar os espaços públicos e/ou privados, dotados de equipamentos específicos ou não de lazer, que possam vir a compor o cenário a ser utilizado para a implementação das ações. Talvez haja a necessidade de convênios interinstitucionais para a garantia dos mesmos.

3. Garantir, junto ao poder legislativo e executivo, a prévia dotação orçamentária dos recursos a serem utilizados para a implantação e manutenção dos projetos, principalmente no que diz respeito ao custeamento das operações tecnológicas de transmissão de dados via satélite;

4. Articular o órgão gestor da proposta com outras secretarias do poder municipal e/ou estadual, de forma a contemplar diversas possibilidades de intervenção. Num plano mais evoluído e sistematizado esta articulação pode redundar num projeto interdisciplinar de ação, inclusive articulando este curso com outras de áreas diversas, com vista ao barateamento dos custos de transmissão.

No plano da intervenção e implantação do programa, já se levando em consideração as especificidades da área de lazer, recomendamos:

1. Levantamento das características populacionais e estruturais da região, tais como, perfil sócio-econômico da comunidade, existência de macro, meso e micro equipamentos específicos de lazer, bem como de não-específicos, que possam ser utilizados para atividades, inclusive adaptados a pessoas portadoras de necessidades especiais;

2. Iniciar o processo de discussão e construção do plano de ação junto à comunidade, paralelo ao acontecimento do curso, tornando-se assim num laboratório vivo dos conteúdos trabalhados;

3. Estabelecer, junto às lideranças do bairro/comunidade, os futuros agentes de lazer que se responsabilizarão pela condução contínua dos projetos, com vistas a emancipação comunitária na gestão do lazer. Recomenda-se neste estágio a realização de um curso/oficina de formação conceitual acerca das teorias básicas de esporte e lazer com a comunidade, até mesmo como forma de colocar-se em sintonia com os conteúdos trabalhados no curso de EAD.

A partir do encaminhamento dessas linhas mestras, junto a outras intervenções, acredito ser possível construir um projeto de ação que contemple de forma criativa, crítica e inventiva os anseios e usufruto da população na gestão de projetos de lazer que nos mais diversos conteúdos culturais.

Porém é possível que tal proposta, por representar o novo, encontre barreiras, geralmente impostas pelas forças que representam o velho. Na verdade trata-se de um caminho árduo, no entanto concreto, de reinvenção da ordem pelo questionamento de seus valores. Pinto (1998) nos diz que...

A busca do novo revela, por um lado, o arregaçar de mangas de quem não aceita a vida medíocre só porque é fácil. A busca do novo articula-se também com o desejo daqueles que tem visão de futuro e sensibilidade para perceber que o futuro é construído no real, aqui, agora e a várias mãos. É daqueles que crêem numa sociedade justa, lúdica e consciente da importância da participação humana na construção da vida. (...) Quando nos esforçamos para ampliar horizontes, ainda que um pouco de cada vez, temos mais chances de descobrir a essência da vida e do nosso trabalho, de desfrutar o prazer de superarmos a nós mesmos e de participar da construção de nossa história de modo arrojado. (p.48)

É nesse contexto que reconhecemos as fragilidades deste trabalho, ressaltando, mais uma vez, que a intenção aqui foi levantar as possibilidades tecnológicas de oferecimento de um curso via EAD. Sabemos que a concretização de tal idéia demanda um estudo criterioso de uma série de outros componentes não abordados neste trabalho.

A necessidade de estudos sistemáticos e a análise de várias aplicações da metodologia e uso de tecnologia em educação a distância são necessários para o conhecimento do potencial de uma modalidade educacional que tem muito a contribuir na melhoria da educação como um todo, mas requer planejamento cuidadoso, equipes multidisciplinares e comprometimento institucional para que possa gerar cursos e programas que atendam às expectativas e necessidades dos alunos e que sejam factíveis para as organizações que os promovem. (RODRIGUES, 2000, p. 175)

É portanto, e acima de tudo, uma possibilidade utópica de reinvenção social. Guardado os devidos limites que o lazer encontra enquanto materializador desse processo podemos sonhar, é claro, com seu caráter revolucionário, visto que opera no plano das (des)construções culturais cotidianas, portanto na natureza humana. Atua no que o homem tem de mais real, que é sua necessidade de intervir, de fazer, de agir. Este trabalho, por fim, propõe um repensar das relações desumanas estabelecidas como verdades pelo modo de produção capitalista. Questiona sim,

este modelo e sonha com a possibilidade de mudanças radicais na forma dos homens e mulheres se inter-relacionarem, a partir de outros valores, de outras referencias, para outro norte. Um homem e uma mulher que veja no lazer, enquanto parte integrada e indissociável da vida, a possibilidade da realização de suas utopias.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Findamos esta pesquisa entendendo ser a mesma parte de um processo maior de desenvolvimento do conhecimento produzido na área de lazer. Portanto compreendemos que os conhecimentos aqui discutidos e os dados coletados e debatidos não encerram verdades sobre a temática, senão que apresenta uma dos possíveis olhares sobre a mesma.

O caráter inerente de transitoriedade que reside em trabalhos oriundos das ciências sociais não nos permitirá, com isso, declarar este estudo como definitivo. Isto, principalmente, pela opção que tivemos em tratar de temas polêmicos, tais como Lazer, EAD, Novas tecnologias e Educação, que em seus fóruns específicos ainda guardam vertentes conceituais conflitantes. Não seria, portanto, este trabalho o catalisador teórico dos consensos destas áreas de conhecimento.

No entanto entendemos que as contribuições aqui sugeridas somam-se ao cenário de produções teóricas que emergem hoje na academia. Perspectivamos a possibilidade de utilização deste material em futuros estudos, visto que apresenta pontos propositivos para ações na área.

No tocante específico à retomada deste estudo em outra ocasião, gostaríamos de pontuar algumas questões. A primeira diz respeito ao caráter temporal desta pesquisa. A mesma identificou o perfil profissional e a características das ações legais da 13ª microrregião do Estado da Bahia, porém circunscrita ao atual quadro de secretários/gerentes de lazer, que, inclusive, podem modificar nas próximas eleições municipais.

Tal pontuação, vale dizer, coloca os resultados aqui relatados como temporalmente relacionados com as atuais gestões municipais. Se por um lado representa um retrato transitório da situação, por outro esclarece e desvela, em um estudo inédito em nosso Estado, o retrato das políticas públicas setoriais de lazer em curso nesta região.

Esse quadro nos mostra uma carência muito grande, tanto no tocante à formação profissional para o exercício da função, quanto à capacidade dos municípios de abrigar futuras políticas de lazer voltadas para o atendimento das reais necessidades da população.

Sugerimos para futuros estudos que venham a se debruçar sobre esta temática, que haja uma pesquisa em loco tanto dos equipamentos disponíveis, quanto dos secretários/gerentes em exercício. Por entendemos que os dados aqui coletados são

frutos do discurso oficial, sugerimos ainda que a população, em futuros estudos, seja ouvida, até mesmo como ponto de confronto com a fala oficial do órgão administrativo da prefeitura municipal.

Por fim, ressaltamos, ainda, a necessidade de buscar parceiros para a implementação do programa que aqui sugerimos. Esta etapa solidificará o trabalho feito, dando um retorno concreto aos objetos pesquisados, materializando o discurso corrente na literatura aqui levantada.

Na verdade, esperamos, desejamos e lutaremos no espaço institucional, para que este trabalho não seja, apenas, mais uma das peças ornamentais que preenchem as ricas estantes das bibliotecas universitárias deste país urgente de mudanças, chamado Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Kátia Morosov. Novas tecnologias e formação de professores: um intento de compreensão. In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000a. p. 89-104.

_____. A educação à distância e um programa institucional de formação de professores em exercício. In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000b. p. 229-246.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. São Paulo: Moderna, 1998.

BELLONI, Maria Luiza. Educação à distância. 2ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BORGES, Ângela e DRUCK, Mª das Graças. Crise global, terceirização e exclusão. Caderno do CRH, nº 19. Salvador, Ba: UFBA, 1993.

BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

BRASIL. Censo demográfico 2000: resultados do universo. IBGE, 2001. Disponível em <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acessado em: 22 out. 2002.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. Educação para o Lazer. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1998.

_____. O que é lazer. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 3ª ed. São Paulo: Cortês, 1998.

COELHO, Teixeira. O que é indústria cultural. 16ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortês, 1992.

DE MASI, Domenico. O amanhecer do 3º milênio – perspectivas para o trabalho e o tempo livre. Palestra conferida no 5º Congresso Mundial de Lazer (mimeo). São Paulo, 1998.

DEL SARTO, Luciano Meira. Uma análise das políticas de lazer adotadas na elaboração de eventos em clubes sócio-recreativos da cidade de Jequié-BA. 2001. Monografia (Especialização em metodologia do ensino da Educação Física). UESB, Jequié.

DEMO, Pedro. Questões para teleducação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Teleducação e aprendizagem: busca da qualidade educativa da teleducação. In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000. p. 147-154.

GARCIA, Walter E. A regulamentação da educação à distância no contexto educacional brasileiro. In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000. p. 79-88.

GIL, Antônio Carlos. Projetos de pesquisa. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

JEQUIÉ. Indicadores de desenvolvimento sócio-econômico: Administração Roberto Britto. Secretaria Municipal de Planejamento de Coordenação. Prefeitura Municipal de Jequié, 2002.

MARCELINO, Nelson Carvalho. “Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal”, IN RCBCE, nº 11, vol 03, 1990.

_____, Nelson Carvalho (org.). Lazer: Formação e atuação profissional. Campinas: Papirus, 1995.

_____, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996a.

_____, Nelson Carvalho (org.). Políticas Setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996b.

MELO, Vitor de Andrade e FONSECA, Ingrid Ferreira. O professor de Educação Física e sua atuação na área do lazer: relações históricas e problemas contemporâneos. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 9, 1997, Belo Horizonte. Coletânea... Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR, 1997. P. 648-657.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NEDER, Maria Lúcia Cavalli. Licenciatura em Educação Básica à Distância. In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000a. p. 183-227.

OLIVEIRA, Paulo de Sales. Trabalho, não-trabalho e condições sociais. In: Bruhns, Heloísa Turini (org.). Temas sobre lazer. Campinas: Autores associados, 2000.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. O que é educação física. 3ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1985.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Bósculo. O lazer nas empresas: onde está o trabalhador. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 12, Nº 1, 2 e 3. 1992.

PADILHA, Valquíria. Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito. Campinas, Editora Alínea, 2000.

PALMEIRA, Maria José de Oliveira. Natureza e Conteúdo das Políticas Públicas na atualidade: notas introdutórias. Revista da FAEEBA, nº 06, p. 157-170. Salvador, Ba. 1996

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. Revista Motrivivência, Ano X, n. 11, setembro/1998. P. 47-68.

_____. Lazer e mercado. Revista Lícere, Belo horizonte, v. 03, nº 01, p. 182-188, 2000.

PRETI, Oreste. Educação a distância e globalização: desafios e tendências In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000. p. 17-42.

_____. Autonomia do aprendiz na educação à distância: significados e dimensões. In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000. p. 125-146.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Modelos de educação à distância. In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000. p. 155-182.

ROLIM, Liz Cintra. Educação e Lazer: a aprendizagem permanente. São Paulo: Ática, 1989.

RUMBLE, Greville. A tecnologia da educação à distância em cenários do terceiro mundo. In: Preti, Oreste (org.). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000. p. 43-62.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: Ferreti, Celso J. (org.). Novas tecnologias e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed. – São Paulo: Cortêz, 1996.

SILVA, Ana Márcia. Das práticas corporais ou porque narciso se exercita. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.3, n.17, p.244-251, Santa Catarina: UFSC, 1996.

SILVA, Silvio Ricardo. Lazer e mercado na Universidade. Revista Lícere, Belo horizonte, v. 03, nº 01, 2000..P. 189-196

STOPPA, Edmur. Lazer e mercado de trabalho. Revista Lícere, Belo horizonte, v. 03, nº 01, 2000..P. 176-181.

TUBINO, Manoel José Gomes. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortês: Autores Associados, 1992.

WERNECK, Christiane Luce G. Lazer e formação profissional na sociedade atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. Lícere. Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 47-65, 1998.

_____. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas – Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

Anexo 01 – Questionário enviado aos secretários municipais.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPUS DE JEQUIÉ

1. Qual o seu nível escolar:

- () 1º grau incompleto
- () 1º grau completo
- () 2º grau incompleto (qual o curso?) _____
- () 2º grau completo (qual o curso) _____
- () Superior incompleto (qual o curso?) _____
- () Superior completo (qual o curso?) _____
- () Pós-graduação incompleta (em que nível e qual o curso?)

- () Pós-graduação completa (em que nível e qual o curso?)

2. Você já participou de algum curso ligado a área de lazer?

- () SIM (qual(s), onde, quando e qual a temática do mesmo?)

- () NÃO

3. Você já leu algum artigo ou livro ligado ao lazer?

- () SIM (qual(s), fale um pouco sobre a abordagem do mesmo – se houver mais de um fale do principal) _____

() NÃO

4. Para você qual o papel da prefeitura na elaboração de políticas públicas de lazer? _____

5. Que tipo de envolvimento a população deveria ter na elaboração dessas políticas? _____

6. Como, a partir de sua experiência, você definiria lazer? _____

7. A prefeitura realizou algum evento de lazer nesta gestão?

SIM () qual(s)? _____

Fale um pouco sobre os objetivos deste(s) _____

NÃO ();

8. Qual foi a participação da população na elaboração e execução desse(s) projeto(s)? _____

9. Que locais públicos a prefeitura disponibiliza hoje para o lazer de seus munícipes? _____

10. Qual o objetivo maior da prefeitura ao realizar um evento de lazer para a cidade? _____

Muito obrigado por sua gentileza!!!

Anexo 02 – Questionário enviado à 13ª DIREC.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPUS DE JEQUIÉ

1. O Sr. tem conhecimento de algum curso oferecido neste município ou na região na área de lazer?

() SIM Onde _____
 Quando? _____
 Quem promoveu? _____

() NÃO

2. A DIREC tem algum histórico de envolvimento em cursos e/ou atividades de ensino à distância?

() SIM. Em que área? _____
 Que tipo de envolvimento? _____

() NÃO

3. Quantas e quais as escolas que estão ligadas a DIREC 13?

4. O que é o KIT tecnológico fornecido pelo MEC? Qual o seu fim?

5. Quais as escolas ligadas a DIREC 13 (estaduais e municipais) que possuem o KIT?

6. Qual a disponibilidade técnica da DIREC autorizar o uso coletivo dos mesmos para programas institucionais como este que pretendemos apresentar?

Anexo 03 – Carta explicativa do questionário enviado aos órgãos.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPUS DE JEQUIÉ

Jequié, 22 de julho de 2002

Ilmº Sr.(a) _____

M.D. _____

Prefeitura Municipal de _____

Caro(a) Sr.(a);

Os avanços tecnológicos têm possibilitado inúmeras experiências ao homem nos mais diversos campos do conhecimento. Na área específica da Educação, um dos mais notáveis é o Ensino à Distância (EAD). Porém tal avanço não se dá na mesma proporção que as oportunidades de utilização de tais tecnologias pelas pessoas. Geralmente as experiências inovadoras de Tecnologia em Educação se dão nos grandes centros. Nem sempre a necessidade de extensão desse braço aos cantos e recantos do país, geralmente os que mais necessitam, é utilizada como condição para a implementação de novos projetos.

Como professor de Lazer e Recreação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, tenho me preocupado com a possibilidade de oferecimento de cursos de aperfeiçoamento nesta área, tendo em vista, principalmente, a falta de uma política de educação continuada deste ramo do conhecimento. A partir dessa inquietação, me propus a pesquisar, enquanto aluno do mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, uma alternativa para esta situação, tomando como parâmetro os avanços tecnológicos do EAD.

Para tanto, venho propondo em meu trabalho de dissertação um levantamento das condições materiais e pessoais daqueles que lidam institucionalmente com o lazer na nossa microrregião. Este trabalho pretende culminar com a proposição de um curso à distância em lazer e produção cultural, buscando oferecer o conhecimento tratado academicamente nas universidades para aqueles que estão imbuídos na tarefa pública de proporcionar lazer aos seus munícipes.

Venho, para isso, solicitar ao Sr.(a) a gentileza de responder este breve questionário, que me ajudará a compor o diagnóstico da região, o que será fundamental para fundar as bases do programa que ora pretendo sugerir como resultado desta pesquisa.

Em anexo segue o questionário, que ao ser respondido, deverá ser remetido (o envelope que segue já vai selado e endereçado) de volta para mim. Qualquer dúvida pode ser tirada pelo telefone (73)526-0476 ou 9122-0849, ou ainda pelo e-mail pimentel@uesb.br

Desde já fico agradecido a sua colaboração, atentiosamente,

Professor César Pimentel F. Primo
Curso de Lic. Em Educação Física/UESB/DS-Jequié
Mestrado em Engenharia de Produção
PPGEP/LED/UFSC

Anexo 04 – Características demográficas dos 25 municípios da 13ª região administrativa do Estado da Bahia

| MUNICÍPIO | POP. GERAL | POP. URBANA | POP. RURAL |
|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| AIQUARA | 5315 | 2726 | 2589 |
| APUAREMA | 7443 | 4382 | 3061 |
| BARRA DO ROCHA | 8074 | 3425 | 4649 |
| BOA NOVA | 20544 | 4589 | 15955 |
| CRAVOLÂNDIA | 5001 | 3000 | 2001 |
| DÁRIO MEIRA | 15222 | 4931 | 10291 |
| IBIRATAIA | 24741 | 18726 | 6015 |
| IPIAÚ | 43621 | 37924 | 5697 |
| IRAMAIA | 17553 | 7682 | 9871 |
| IRAJUBA | 6362 | 2717 | 3645 |
| ITAGI | 14629 | 9986 | 4643 |
| ITAGIBÁ | 17191 | 8767 | 8424 |
| ITAQUARA | 7861 | 4165 | 3696 |
| ITRUÇU | 13585 | 9871 | 3714 |
| JAGUAQUARA | 46621 | 35103 | 11518 |
| JITAÚNA | 21056 | 9568 | 11488 |
| JEQUIÉ | 147202 | 130296 | 16906 |
| LAFAIETE COUTINHO | 4102 | 1921 | 2181 |
| LAJEDO DO TABOCAL | 8100 | 4608 | 3492 |
| MARACÁS | 31683 | 18516 | 13167 |
| MANOEL VITURINO | 16704 | 6783 | 9921 |
| MIRANTE | 13666 | 1279 | 12387 |
| PLANALTINO | 7963 | 2990 | 4973 |
| SANTA INÊS | 11027 | 10374 | 653 |
| UBATÃ | 21803 | 17847 | 3956 |

Anexo 05 – Questionário respondido pela 13ª DIREC



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPUS DE JEQUIÉ

1. O Sr. tem conhecimento de algum curso oferecido neste município ou na região na área de lazer?
 - () SIM Onde _____
Quando? _____
Quem promoveu? _____
 - () NÃO

2. A DIREC tem algum histórico de envolvimento em cursos e/ou atividades de ensino à distância?
 - () SIM. Em que área? _____
Que tipo de envolvimento? _____
 - () NÃO

3. Quantas e quais as escolas que estão ligadas a DIREC 13?

4. O que é o KIT tecnológico fornecido pelo MEC? Qual o seu fim?

5. Quais as escolas ligadas a DIREC 13 (estaduais e municipais) que possuem o KIT?

6. Qual a disponibilidade técnica da DIREC autorizar o uso coletivo dos mesmos para programas institucionais como este que pretendemos apresentar?

Anexo 06 - Serviço de geração de sinal via satélite pela TVE/Bahia.



Teleconferência

Canal Net



O IRDEB abriu um canal de comunicação, via Embratel, entre Salvador e todos os municípios da Bahia e do Brasil. É o **TVE Bahia Canal Net**.

Pioneiro no Estado da Bahia, o **Canal Net** funciona nos moldes da TV Executiva, da Embratel: transmite, em canal exclusivo de televisão, via satélite, voz e imagem do estúdio da **TVE**, em Salvador, para qualquer ponto do país.

Por meio dele, representantes de empresas públicas e privadas podem se dirigir aos seus escritórios e filiais ou outras instituições, localizadas no interior da Bahia ou em outros estados, para transmitir uma mensagem, prestar esclarecimentos, realizar treinamentos ou lançar novos produtos e serviços.

O **Canal Net** reduz custos de viagem, deslocamento e hospedagem, tornando mais rápida e eficiente a comunicação da sua empresa. É tudo muito prático e simples: basta ter uma antena parabólica sintonizada na frequência previamente indicada.

A transmissão é feita ao vivo dos estúdios da **TVE**, via satélite e recebida pelas pessoas com quem você quer falar, permitindo inclusive a transmissão com interatividade. Para isso, este serviço dispõe de faxes e linhas telefônicas **0800**.

É mais um serviço do **Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb)**, complexo de comunicação formado pela **TV Educativa** e **Rádio Educadora FM**.

Maiores Informações pelo telefone **(71) 339-1224**, fax **(71) 339-1158** ou pelo e-mail: irdeb.marketing@bahia.ba.gov.br



Secretaria da Educação